



**TORRE DE**  
**MONCORVO**  
assembleia municipal

# ATA N.º 13

**SESSÃO ORDINÁRIA**

**29 DE FEVEREIRO DE 2024**

APROVADA NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30.04.2024

*Redo*  
*Md.*

lh  
Pedro  
M.

-----**Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas 09h30, no Cine-Teatro de Torre de Moncorvo, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos:** -----

**1 - Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

- 1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 14 de dezembro de 2023; -----
- 1.2 Informação de Correspondência; -----
- 1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município; -----

**2 – Período da Ordem do Dia:** -----

- **Ponto 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara [(alínea c) do n.º 2 do art. 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09]; -----
- **Ponto 2** - Contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo nas Juntas de Freguesia do Concelho; -----
- **Ponto 3** -Repartição de Encargos da Empreitada de Construção/Reparação/Beneficiação de Habitações no âmbito do Programa 1.º Direito; -----
- **Ponto 4** - Tomada de posição Relativa à Exigência da Manutenção, sem interrupção, da Ligação Aérea Bragança-Vila Real-Viseu-Tires-Portimão; -----
- **Ponto 5** - Tomada de posição relativa à não realização de análises, no âmbito da saúde animal – Planos de Erradicação para 2024 – que colocam em causa a saúde pública. ---

**3 – Período de Intervenção do Público.** -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira; -----

-----Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva; -----

-----Luís João Fernandes Dias; -----

-----João Augusto Leal Leonardo; -----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----

-----Bernardo Pando da Silva; -----

-----Júlio César Rentes Frade; -----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Maria Emília Gonçalves Rego Lopes - Freguesia de Açoreira; -----  
-----Vítor Manuel Queijo Pereira – Freguesia de Cabeça Boa; -----  
-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais; -----  
-----Luísa Maria Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----  
-----Alexandre Correia Martins - Freguesia de Horta da Vilariga; -----  
-----Luís Miguel Cascais Alves – Freguesia de Larinho; -----  
-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa; -----  
-----Tânia Cristiana Costa Mota –Freguesia de Torre de Moncorvo; -----  
-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha; -----  
-----Vítor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias Felgar e Souto da Velha; -----  
-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores; -----  
-----Patrícia Sofia Teixeira Neto – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos; -----  
-----**Do Partido Socialista (PS):** -----  
-----José Manuel Rodrigues Aires; -----  
-----Diana Cabeleira (*em substituição de Altina da Glória Lopes Pinto*); -----  
-----Fausto Edmundo Tiago; -----  
-----António Ricardo Pinto Gomes (*em substituição de Diogo Oliveira*); (Faltou) -----  
-----Sílvia Maria Araújo Póvoa dos Santos; -----  
-----Luís Miguel Lopes; -----  
-----António Júlio Andrade; -----  
-----**Presidente de Junta de Freguesia:**-----  
-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

Verificou-se a presença de vinte e sete membros que compõem esta Assembleia Municipal. ----

**Constituíram a Mesa:** -----

**Luís Miranda Rei** – Presidente de Mesa;-----

**Pedro Miguel Pinto Carrasqueira** – 1.º Secretário; -----

**Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva** – 2.ª Secretária.-----

-----**A CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara,(em regime de substituição) José Carlos de Sá Meneses, Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Meneses, e a Sr.ª Vereadora Catarina Luís Mosqueiro Dias. -----

A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Dirigente Intermédia de 3.º Grau Dr.ª Sónia Faustino. -----

M  
Pedro  
101.

-----Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas. -----

-----O Presidente de Mesa: Muito bom dia a todos. -----  
Vamos dar início à reunião ordinária da Assembleia Municipal do mês de fevereiro. -----  
Iria fazer a chamada. -----

Da Mesa, estamos os três, Luís Rei, Pedro Carrasqueira e Fernanda Silva, Luís Dias, João Leonardo, Afonso Menezes, Bernardo Silva, Júlio Frade, Maria Emília Lopes, Vítor Pereira, Francisco Braz, Luísa Ferreira, Alexandre Martins (ainda não está), Luís Alves (também não está), António Martins, Tânia Mota (já vou explicar a situação), José Moreiras, Vítor Vieira, Adriano Martins, Patrícia Neto (não está). Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, José Aires (não está ainda), Diana Cabeleira (em substituição da deputada Altina Pinto, que justificou a falta e pediu substituição), Fausto Tiago, Diogo Oliveira (não vem, em substituição está o deputado António Pinto Gomes, que ainda não está presente), Sílvia Santos, Luís Lopes, António Júlio Andrade (também não está presente), Luiz Marcelino Lopes. -----

Portanto, neste momento faltam quatro deputados. Chegou o deputado Luís Alves. Faltam três senhores deputados. Temos quórum. -----

O anterior Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, José Menezes, renunciou ao cargo, e tomou posse, segundo a ata recebida da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, a nova Presidente da Junta, Tânia Cristina Costa Mota, que eu chamava para tomar posse do cargo de deputada municipal. -----

Chegou o senhor deputado António Júlio Andrade. -----

-----A Deputada Tânia Mota: Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas. -----

-----O Presidente de Mesa: Vamos continuar. Como disse, temos quórum, temos vinte e cinco (25) membros. -----

Passaríamos, então, ao Ponto n.º 1.2, Informação da correspondência, está disponível para consulta. -----

Temos de voltar atrás, temos de discutir e votar a ata. Ponto n.º 1.1, Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 14 de dezembro de 2023. -----

Em primeiro lugar, intervenções. Ata da reunião de 14 de dezembro, intervenções? Não há? Então, passamos à votação. -----

Não votam a ata do dia 14 de dezembro os seguintes membros: Luís Dias, Bernardo Silva,

Alexandre Martins, Tânia Mota e António Ricardo Pinto Gomes. -----  
Então, vamos votar. Votos a favor? Já votou toda a gente. Foi aprovada, com vinte e um (21)  
votos a favor. -----

Passávamos ao Ponto n.º 1.3 – isto no período de antes da ordem do dia, logicamente – Assuntos  
de interesse relevante para o Município. -----

Intervenções? Já sabem que temos uma hora, que já está a contar, e cada deputado tem cinco  
minutos. Quem pretende intervir? Temos seis intervenções. Temos seis deputados inscritos para  
o período de antes da ordem do dia, têm cinco minutos cada um, para intervir uma única vez. --  
Em primeiro lugar, dava a palavra ao Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE  
14 DE DEZEMBRO DE 2023.** -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, com 21 votos a favor aprovar a “Ata  
da sessão ordinária de 14 de dezembro de 2023”. -----

----- Não podiam votar este ponto os deputados Luís João Dias, Bernardo Silva, Alexandre  
Martins, Tânia Mota e António Ricardo Pinto Gomes por não terem estado presentes nesta  
reunião. -----

----- Estavam ausentes no momento da votação o deputado José Aires e Patrícia Neto. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

**PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA.** -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 282/2023 a 40/2024  
inclusive. -----

**PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO. —**

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS)**, **Luís Lopes (PS)**, **António Júlio Andrade (PS)**, **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)**, **Bernardo Silva (Coligação PSD/CDS)** e **Vitor Vieira (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente da Assembleia Municipal, membros da Mesa, caros amigos, deputados, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, assistência não temos. -----

Torre de Moncorvo tem uma fantástica tradição no que respeita ao turismo. Não vou recordá-la pois isso envergonharia a atual geração de Moncorvenses, a que eu pertenço. Vou apenas fazer uma breve reflexão sobre o presente. -----

Antes de mais diga-se que o turismo religioso é responsável pelo maior fluxo, centrado em dois monumentos de arquitetura: a Igreja Matriz da Vila (basílica) e o Convento das Carmelitas, na Freguesia do Larinho. -----

Depois temos um interessante movimento de turistas que visitam o Museu do Ferro. -----

A gastronomia encontra um santuário de eleição na Foz do Sabor, baseada, naturalmente, nos peixes do rio. Também na doçaria tradicional. Com as amêndoas cobertas, Moncorvo ganhou fama no país e além-fronteiras. É um nicho de mercado singular e único, sem concorrência, portanto. -----

Mas nada disto é da responsabilidade da Câmara que tem um Posto de Turismo que abriu portas há cerca de sessenta anos nas dependências anexas ao cine-teatro, com uma funcionária em permanência, e hoje tem instalações novas, junto à Praça do Município. -----

Hoje estamos exatamente na mesma. Perdão: há uma diferença. É que naquela época havia apenas uma funcionária no Posto de Turismo. Hoje... -----

Sim, hoje temos vários funcionários e certamente muito competentes e talvez mal aproveitados. E temos muitas instalações e muita coisa para mostrar aos turistas. O que me parece é que não somos capazes de o fazer, antes estamos em retrocesso e bem acentuado. -----

Vamos percorrer uma possível rota de Turismo. Começaríamos na Casa da Roda, monumento bem raro existente em Portugal. Diariamente era visitado pelos turistas, como poderá ver-se pelos registos que a funcionária fazia, em outros tempos, quando estava aberta. Agora, a Casa da Roda está fechada e só a vão abrir quando alguém pede para visitar. Claro que raros são os turistas que sabem e se dão ao trabalho de pedir. O mesmo se passa com a Igreja da Misericórdia e o Museu de Arte Sacra, ali em frente, propriedade da Santa Casa. -----

A poucos metros está o Núcleo Museológico da Fotografia, adquirido pela Câmara, segundo julgo saber. Nos tempos em que ele era do Professor Arnaldo, eu passava por ali e geralmente



estava aberto e não havia semana em que eu não parasse por ali a ver mais uns diapositivos.-  
Desde que passou para o Município, nunca mais o vi aberto. Não devia ser ao contrário? -----  
A Sinagoga é edifício interessante a vários títulos e constitui-se como um pequeno museu  
judaico. Passo por ali muitas vezes e sempre o tenho visto encerrado. Será que não temos  
capacidade de o tornar atrativo, de fazer com que seja visitado? Não temos imaginação e arte  
para divulgar e fazer render a história dos judeus nossos antepassados que tanto engrandeceram  
esta terra? -----

A Casa da Inquisição. Até tem uma pequena biblioteca sobre judaísmo. E tinha (não sei se tem)  
um computador para os interessados ali trabalharem. Eu próprio ali cheguei a fazer alguns  
trabalhos e gostaria de continuar a fazer. Mas... depois de um mês ou dois de funcionamento,  
nunca mais a vi aberta. Como se explica um investimento tão avultado e um aproveitamento tão  
reduzido, para não dizer nulo? -----

Mais avultado ainda o investimento em duas edificações novas no espaço verde ajardinado da  
antiga Quinta Judit. Era suposto serem um salão de chá e um espaço de exposições. Estão às  
moscas desde há anos! -----

Poderia falar de outras vertentes de turismo. Recordar que seria bom deixar para as gerações  
futuras um núcleo museológico que mostrasse a história da olaria do barro no Felgar, a história  
do fabrico da cera em Felgueiras, da tapeçaria em Urros, das artes tradicionais em Carviçais,  
Lousa e outras aldeias.... Vão ali ao lado a Vilarinho da Castanheira e vejam o exemplo. -----

Poderia falar de rotas de turismo pelo concelho, com base em monumentos de arquitetura ou de  
arqueologia... Bom. Mas também é justo que recorde alguns exemplos de sucesso que merecem  
ser apoiados para crescer. É o caso do Entrudo Lagarto na Cardanha que, imitando os bons  
exemplos de Vinhais e Podence, poderá vir a gerar riqueza com o fabrico e venda de máscaras  
próprias e adereços que os criativos inventem. Se não dermos este salto qualitativo, o Entrudo  
Lagarto continuará a ser engraçado e atrativo, o magusto em Maçores continuará a fazer-se mas  
nunca se tornarão acontecimentos turístico geradores de riqueza. -----

Desculpem esta reflexão. Não foi minha intenção ofender ninguém mas constatar uma triste  
realidade. A Torre de Moncorvo que, nos tempos da minha infância e juventude, era oficialmente  
classificada como uma das poucas estâncias turísticas deste país, parece-me que está  
caminhando para o marasmo, no que ao assunto respeita. -----

Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Luís João.

-----**O Deputado Luís João Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. Na sua pessoa, cumprimento os  
demais presentes. -----

lh  
Pedro  
107.

O tema que eu trago aqui é o da imigração, dos imigrantes em Moncorvo. -----

A população Moncorvense – não sei se assistiram via Facebook, ou mesmo ao vivo – ficou sensibilizada com o caso que se passou ainda há pouco tempo, de uma comunidade timorense em Moncorvo, que acabou a dormir nas ruas. Parece que o problema foi resolvido, mas notou-se o interesse da população, neste caso, em ajudar. Ou seja, ficou demonstrado o humanismo da população Moncorvense. -----

Esse humanismo é o que faz falta na integração dos demais imigrantes, é com esse humanismo que temos que olhar para os imigrantes. Agora estamos a receber; num passado ainda recente, e continuamos a ser também emigrantes. Por isso, se tratarmos os outros bem, podemos esperar que os outros também tratem os nossos bem. -----

Já disse aqui algumas vezes a urgência que há em se criar um curso para imigrantes, de cultura e língua portuguesa. A melhor forma de integrar um imigrante é dando-lhe a ferramenta da língua para poder comunicar em todo o lado no país, e crescerem e ganharem capacidades de trabalho, cursos, por exemplo, na área do trabalho específico deles, e também uma simples carta de condução. Se eles puderem tirar essa formação aqui, Moncorvo consegue atrair esses imigrantes. -----

Ou seja, se compararmos Moncorvo com os concelhos vizinhos, notamos que Moncorvo tem a habitação mais cara, notamos que Moncorvo tem menos acesso a saúde, não temos uma urgência, notamos que Moncorvo não tem uma grande superfície, e por isso os preços do cabaz alimentar também são mais caros, e isso são tudo critérios de avaliação do imigrante quando vai escolher o sítio para onde vai viver – ou seja, o acesso à educação, o acesso à saúde, o acesso à habitação, o acesso à segurança, no fundo, o que nós também pedimos aos nossos governantes que nos deem a nós, a educação, a saúde, a segurança, a habitação, são chavões que desde o 25 de abril usamos, porque são, sem dúvida, direitos que a população em geral deve ter. -----

Por isso, os imigrantes tornaram-se já parte de nós, fazem parte da nossa população, e temos de conseguir fixá-los. E fixá-los é fixá-los com competências, e essas competências têm de ser ganhas com formação. E para terem formação, é preciso conhecerem a língua portuguesa. -----

Por isso, urge, Sr. Presidente, um curso para imigrantes, de cultura e língua portuguesa. -----

Outro assunto que eu trago aqui é a questão de que vários munícipes me vêm falar do valor alto na fatura da água. Eu digo a esses munícipes que essa fatura é alta relativamente aos resíduos sólidos. Eu não sei se é possível, dentro do Município, realizarem um estudo de como pouparmos em resíduos sólidos. Sei que já houve muitas atividades, como por exemplo, entregar recipientes para compostagem, para o lixo orgânico. -----

Não sei se me poderão dar mais alguma informação do que é que o Município tem feito, o que conta fazer, sobre o assunto dos resíduos sólidos. -----



16  
Pedro  
M.

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Luís Lopes. -----

-----**O Deputado Luís Lopes:** Muito bom dia a todos. Cumprimento os Srs. Deputados, o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, cumprimento a Mesa, público, funcionários do Município, bom dia. -----

Nesta minha intervenção, de assuntos de interesse para o Município, eu gostaria, em primeiro, de colocar uma questão ao Sr. Bernardo Silva, que não esteve na última Assembleia, e não tive oportunidade de o fazer, mas como hoje está, aproveito para lhe perguntar, e para lhe agradecer a excelente intervenção que teve, há uns meses atrás, salvo erro no Porto Canal, da promoção do Restaurante “O Jardim”, e perguntar-lhe qual é a função que o senhor desempenha neste restaurante, se é speaker, ou terá outras funções. -----

Atenção, mas não deixou de ser uma excelente intervenção, parabéns. -----

Relativamente à intervenção que eu tinha preparada, que agora irei partilhar convosco, mais do que uma simples intervenção política, gostaria que a mesma fosse entendida como uma reflexão. Não sei se já repararam, mas faz, este ano, onze anos que Torre de Moncorvo está a ser gerida por uma coligação PSD/CDS-PP, que pouco ou nada fez pelo desenvolvimento socioeconómico do nosso concelho. Ao longo destes anos, aquilo que fizeram foi encaminhar o Concelho de Torre de Moncorvo para o abismo. E não contentes com este percurso, e atendendo às jogadas a que nas últimas semanas fomos assistindo, decidiram dar um passo em frente. Esta queda mortal do nosso concelho só acontece porque a alguns da coligação, o que lhe interessa é o poder pelo poder, e não olham a meios para atingir os fins. -----

Chegámos ao grau zero da política local, foram anos perdidos, foi uma década marcada por políticas que, infelizmente, se revelaram erradas e que, em muitos casos, tiveram impactos negativos significativos na nossa comunidade. -----

É imperativo abordar estas questões de forma franca e objetiva, visando aprender com os erros do passado para construir um futuro mais promissor. Torre de Moncorvo não precisa de jogadores de chincalhão, que só sabem fazer política usando truques, e que estão na política porque precisam dela para sobreviver. O que Torre de Moncorvo precisa é de pessoas que conheçam o território como um todo, e não distingam as pessoas pelo sentido de voto, e principalmente que saibam o que realmente são políticas públicas que promovam o bem-estar de todos e de todas. -----

É óbvio que essas pessoas estão no Partido Socialista. Neste momento, não vejo do lado do PSD e do CDS-PP pessoas capazes de gerir o nosso concelho, e não vejo por uma razão muito

lh  
Pedro  
M.

simples: é que além de esta coligação ter praticamente destruído o nosso concelho, também destruiu o próprio Partido. -----

Ao longo destes últimos dez anos, testemunhámos desafios decorrentes de decisões políticas que, em retrospectiva, se mostraram desalinhadas com as verdadeiras necessidades e aspirações da população. A falta de planeamento adequado, a ausência de avaliação de impacto, e por vezes a negligência na implementação foram fatores que contribuíram para um cenário que não atendeu às expetativas reais das necessidades do nosso concelho. -----

É crucial que utilizemos as Assembleias Municipais, não apenas para identificar falhas, mas também para traçar um caminho claro em direção a políticas mais eficientes e voltadas para o bem comum. Devemos aprender com os erros do passado, promover uma abordagem mais colaborativa e inclusiva, e procurar soluções que atendam às reais necessidades do nosso concelho. Por outras palavras, só o Partido Socialista de Torre de Moncorvo tem nos seus quadros pessoas e projetos capazes de corrigir os erros que a coligação PSD/CDS-PP fez na última década. -----

Infelizmente, ao fim de uma década, uma década perdida, temos que começar tudo de novo, de redefinir as prioridades, promover a transparência e revitalizar o nosso compromisso com o progresso sustentável de um concelho que perdeu credibilidade a nível nacional. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Ora, muito bom dia a todos. Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa e todos os membros da Assembleia, um cumprimento ao Executivo, na pessoa do Sr. Presidente, a todas e a todos os Presidentes de Junta, funcionários municipais, estimado público, muito bom dia. -----

Antes de mais, permitam-me desejar os maiores sucessos ao Sr. Presidente, José Meneses, que agora executa este cargo de forma interina, e que esperamos que no decorrer das próximas eleições, a 10 de março, possa executá-las de forma integral. Muito sucesso, Sr. Presidente. --

Permitam-me fazer aqui um ponto de honra, relativamente às insinuações que sobre o meu nome foram ditas no passado dia 14 de dezembro de 2023. Curiosamente, mas habitualmente também, no dia a seguir ao dia mais importante da minha vida. Falo especificamente relativamente ao Requerimento n.º 12/2023, entregue pelo Sr. Deputado José Aires. -----

Muito obrigado, Sr. Deputado, pela audiência, sei que analisou todas as palavras que eu disse na entrevista, e é esse o tipo de visualizadores que são necessários para que este tipo de promoções se torne viral. Ela está sempre disponível, e está sempre à vontade. Ao contrário de

14  
Pedro  
M.

si, a maior parte das reações que a mim chegaram foram extremamente positivas e de uma boa performance na promoção do território – aliás, como disse o Sr. Deputado Luís Lopes. -----

Relativamente às insinuações, se calhar em vez de perder tempo a tirar fotografias, *printscreens*, podia perder tempo em Torre de Moncorvo, a tentar perceber como é que funciona o mercado de trabalho. Mas, eu compreendo que não consiga, o senhor não está cá. -----

Também lhe digo que esse tipo de intervenções, que surgem sempre com uma ótica de insinuação – aliás, já referidas aqui muitas vezes pelo Sr. Presidente da Assembleia – de qualquer coisa sombria – aliás, não só sobre mim, mas também sobre eleitos locais, profissionais acreditados, funcionários municipais e outros empresários locais, já me incomodaram mais, sinceramente. É só escolher, Sr. Deputado, para si tudo o que mexe envolve uma teoria da conspiração, e tudo o que o senhor diz é dito com a já conhecida superioridade moral socialista, fala muito, mas faz pouco. -----

No fundo, percebo que quem acha que a vida é assim, sombria, conspirativa, é porque efetivamente a vida é assim para essa pessoa. Eu lamento que a sua seja, Sr. Deputado, lamento mesmo. -----

Também percebo, ao longo destes tempos, que aquelas acusações de “palco” – e sou sincero, que não percebi inicialmente, mas agora percebo totalmente. Efetivamente, é muito difícil alguém que não vive em Torre de Moncorvo, que não investe em Torre de Moncorvo, que não emprega em Torre de Moncorvo, que não dinamiza atividades associativas em Torre de Moncorvo, que não interage na sociedade de Torre de Moncorvo, consiga fazer mais alguma coisa que não seja lançar sombras e dúvidas sobre quem o faz, e desta forma lá tem o seu “palquinho”. Infelizmente, é o seu *modus operandi*, é o que temos. -----

No entanto, não se preocupe, se eu conseguir e a vida me deixar – Deus queira – vai continuar a ter sempre coisas para criticar, para insinuar, para lançar sombras, porque eu não desisto da minha vila, eu acredito em Torre de Moncorvo. Já para o senhor, pode ficar com o palco à vontade. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Aires.

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Antes de mais, cumprimentar todos os presentes, todas as Sras. e Srs. Deputados, na pessoa do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, cumprimentar também os membros do Executivo, cumprimentar as Sras. e Srs. Presidentes de Junta, cumprimentar os funcionários aqui presentes em nome do Município, que dão apoio a este órgão, e cumprimentar também o público aqui presente. -----

lh  
Pedro  
P.A.

Antes de iniciar a minha intervenção relativamente ao Ponto n.º 1.3, vou ter que elencar aqui o art.º 32.º do Regimento, e venho solicitar um esclarecimento ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Não, estou a pedir um esclarecimento ao Sr. Presidente da Mesa, que é conferido pelo art.º 32.º do Regimento em vigor. -----

Verifiquei, Sr. Presidente da Assembleia, que o relatório escrito que foi remetido a esta Assembleia veio assinado pelo Sr. José Meneses, com a designação de "Presidente em regime de substituição". Tendo o Sr. Presidente Nuno Gonçalves solicitado a suspensão do mandato, em virtude de ser candidato a deputado nas listas da Aliança Democrática, cuja suspensão é regulamentada pelo art.º 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, que no seu Ponto n.º 6 é explícito: "*Enquanto durar a suspensão, os membros dos órgãos autárquicos que são substituídos, nos termos do art.º 79.º...*". No n.º 1 do art.º 79.º - Preenchimento de vagas, verificamos que as vagas ocorridas nos órgãos autárquicos são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista ou, tratando-se de coligação, como é o caso, pelo cidadão imediatamente a seguir do Partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga. -----

O regime de substituição apenas se aplica quando a suspensão ocorre por períodos inferiores a trinta dias e está explícito no art.º 78.º da mesma Lei. -----

Sr. Presidente, face aos factos, temos de convir que o Executivo que se apresenta aqui hoje não está constituído de acordo com as Leis da República Portuguesa, desprestigiando os cidadãos do concelho e pondo em causa todas as deliberações que serão tomadas aqui no dia de hoje. - Assim, questiono V. Exa. se não será prudente suspender a sessão e retomá-la dentro do prazo regimental de cinco dias, de acordo com o art.º 12.º do Regimento, dando o tempo necessário ao Executivo Municipal de corrigir esta trapalhada na próxima reunião de Câmara, que se vai realizar amanhã, dia 1 de março. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Logicamente que não, Sr. Deputado, não vou adiar a Assembleia, porque a informação que eu tenho é que o órgão está corretamente constituído – aliás, estão aqui os três membros da coligação. Presumo, pelas informações que tenho, que o órgão estará constituído legalmente. Se houver alguma ilegalidade, é evidente que, a seu tempo, os órgãos competentes tratarão disso. -----

Pode continuar a sua intervenção. -----

-----**O Deputado José Aires:** Obrigado pelo esclarecimento, Sr. Presidente. Tendemos a discordar. -----

Nesse sentido, vou-lhe só entregar, para ser apenso à ata, e para seu conhecimento, o despacho emitido pelo Dr. Paulo Xavier, que é o atual Presidente da Câmara de Bragança, e o extrato da

16  
Rodrigo  
M.

ata da reunião de Câmara desse mesmo Município, onde está elencada a forma legal como deve ser feita a substituição, em caso de vacatura por um período superior a trinta dias. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu não tenho que me pronunciar sobre o modus operandi da Câmara de Bragança. Estamos num Estado de Direito Democrático, ou se cumpre a Lei, ou não se cumpre. Se a Lei foi cumprida, muito bem; se não foi cumprida, o Executivo terá que arcar com as consequências. É só isso. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado. -----

Passarei, então, à minha intervenção. -----

Venho aqui denunciar a ameaça velada de que fui vítima no fim da reunião passada, por parte de um funcionário municipal. Não sei se tal ameaça foi mandatada, ou surgiu de modo próprio. E venho fazê-lo por três motivos principais: -----

1. O funcionário dá apoio administrativo aos trabalhos desta Assembleia Municipal; -----
2. O funcionário deve fazer o seu trabalho e saber ocupar o seu lugar; -----
3. O funcionário em questão foi junto de pessoas das minhas relações familiares, explicando que estava arrependido e que me queria pedir desculpas pelo ato irrefletido. -----

Já se passaram dois meses e meio, e até agora, silêncio completo. -----

Esta forma de coação e tentativa de intimidação constitui crime e tem como objetivo principal limitar a atuação de um eleito local na plenitude dos seus direitos fundamentais. Posso dizer que conheço a maioria dos funcionários municipais, alguns desde miúdo, outros foram meus colegas de escola, e ultimamente entraram alguns que inclusivamente cheguei a pegar ao colo. Até agora, todos têm merecido o meu respeito. Mas, como diz o povo, o respeitinho é muito lindo, e é preciso não confundir a árvore com a floresta. -----

É intolerável que após uma sessão de um órgão democrático, um deputado municipal seja abordado de forma intimidatória por um trabalhador municipal, que é pago por todos nós para exercer as funções que lhe competem, ponto final, parágrafo. -----

Este ano comemoram-se cinquenta anos do 25 de abril, cinquenta anos de liberdade, cinquenta anos de democracia. Uma das conquistas do 25 de abril de 1974 é o Poder Autárquico, mas, infelizmente, em Torre de Moncorvo, parece que se encontra manietado por interesses e atitudes que põem em causa e risco o exercício da democracia. Disse. -----

E antes de terminar a minha intervenção e me dirigir ao meu lugar, não podia também deixar de fazer aqui referência, uma vez que fui visado aqui na última intervenção, ao contrário do Sr. Deputado, que tem acesso a todos os factos e que sabe as funções que desempenha, embora não as tenha aqui elencado, eu entreguei esse requerimento e continuo a aguardar a resposta



lh  
Pedro  
M.  
ao mesmo, para depois podermos discutir, em que eu tenha também acesso a toda a informação, como o Sr. Deputado. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente ao facto, penso que foi depois de terminar a Assembleia. De qualquer forma, acho que não deve haver, nem pode haver qualquer tipo de incorreção, seja com quem for. Eu estou a tomar conhecimento, não sei, presumo que foi depois da Assembleia. De qualquer forma, é uma questão que irei procurar também saber. -----  
Relativamente ao ofício, eu penso que foi enviado. O ofício foi enviado, Sr. Deputado. Agora, tem que se apurar também por que é que o Sr. Deputado não recebeu o ofício. Vou também ver a situação, porque a informação que me chegou é essa, é a ideia que eu tenho. Foi enviado ofício com o contrato. Repare, se há um contrato, se lhe foi enviado o ofício com o contrato celebrado entre a Câmara e essa empresa, ou essa pessoa – já não me lembro – acho que não poderá haver muito mais. -----

Sr. Deputado Vítor Vieira. -----

-----**O Deputado Vítor Vieira:** Bom dia, Srs. Deputados, membros da Mesa, funcionários e público presente. -----

Vou deixar aqui entregue em mãos, à Mesa, o nosso planeamento anual das colheitas, elaborado pela SUMALAB, mais a contratação efetuada em 15 de dezembro, dos serviços, e as análises atuais, de 29 de janeiro de 2024, das águas da União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha. Queria que ficasse anexo a esta ata, se fosse conveniente. -----

Começo por dirigir-me à Mesa, pedindo a permissão, caso a minha intervenção exceda um bocadinho o limite, pedir, por favor, se puder terminar, porque fruto das circunstâncias, é de todo conveniente esclarecer esta situação. -----

Hoje, mais uma vez, estou aqui perante vocês, mostrando o meu caráter e sentido de responsabilidade, perante o cargo que orgulhosamente ocupo, e perante o amor e gosto pelas pessoas, mas também pela União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha, isto porque neste momento, e a esta hora, qualquer um de vós não estaria aqui, porque neste dia está a decorrer um funeral de um familiar meu, em Felgueiras, como é do conhecimento de todos. E estou aqui, não fugi, vim dar a cara, e vim esclarecer quem queira ser esclarecido, porque quem não deve, não teme. -----

Em relação à entrevista cujo título era “Nestas aldeias beberam água contaminada”, para mim foi mais um esquema montado por lobbies do poder, da ânsia pela usurpação e interesses de vários quadrantes, usando isto para amedrontar e manipular a opinião pública, com a finalidade de me achincalhar, em primeiro lugar, porque sabem que não me vergarei enquanto sentir o



apoio de toda a população, e não nos tirarão as nossas águas, enquanto for a vontade dos cidadãos da União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha. -----

Estou certo da minha competência, honestidade e garra, em não falhar e fazer o melhor, dentro das minhas possibilidades, pela União de Freguesias pela qual fui eleito, e não admito a ninguém que ponha em causa a minha idoneidade. -----

Quero agradecer publicamente a toda a população da União de Freguesias, que é extensível também ao Concelho de Torre de Moncorvo, por todo o carinho, por todo o apoio, pelas palavras certas na hora certa, mas sobretudo por mais uma vez me mostrarem que estou a agir dentro do esperado de um Presidente de Junta lutador. -----

Normalmente, os políticos são acusados de corrupção, mas eu estou a ser acusado de defender e lutar pelos interesses da população. Pergunto eu: não é para isso que somos eleitos? -----

Que fique claro aqui nesta Assembleia que aquela entrevista não retrata sequer o que foi dado por mim, nem traduz verdadeiramente a informação que lhe prestei, tampouco é verdade. E só não fez um bom trabalho porque não quis, porque lhe mostrei os processos todos com a ADIN, e-mails, documentos, provas – enfim, uma panóplia de documentos. -----

Também estou disposto aqui a responder-vos e a esclarecer-vos, para que dúvidas não restem. Acho que já devem estar todos esclarecidos, até mesmo da parte da Oposição, que o Sr. Vereador do PS, Adriano Menino, esteve presente no esclarecimento à população, e no momento aberto às questões, usou da palavra, não para questionar qualquer dúvida, mostrando-se assim esclarecido, mas mostrando-se solidário com a minha pessoa, bem como com a situação, ao qual agradeço. -----

Vou também passar a explicar os dois pontos em análise nesta temática. -----

O primeiro ponto, como é do conhecimento de todos, somos a única União de Freguesias que não aceitou entregar a posse das águas à empresa ADIN. Isso é deveras apetecível a estes lobbies, habituados a ter o que querem, agora e já. Mas, também é o aproveitamento de determinados quadrantes. -----

Atenção, as águas da União de Freguesias nunca foram municipais. O Município fez a entrega das águas municipais à referida empresa, mas as nossas, volto a referir, nunca foram municipais, e portanto, nunca fomos tidos nem achados nesse acordo, e muito bem. -----

A ADIN, assim que começou a tratar a gestão das águas, começa também a interpelar-nos para entrega das mesmas, o que sempre foi contestado por nós. E essa é a única decisão que se mantém em tribunal até hoje. -----

Nós, Executivo, contestamos essa ação em tribunal, reforçando a nossa posição com a Assembleia de Freguesia, que votou por unanimidade esta decisão, no mandato anterior e no atual mandato, porque, como sabem, a Assembleia de Freguesia é o órgão máximo, aquele que

Pedro  
M.

o Executivo irrefutavelmente tem que acatar. E posto isto, não é só uma decisão do Executivo, mas uma decisão de uma Assembleia de Freguesia unânime. -----

No processo, encontramos uma lacuna da Lei em que nos baseamos para a nossa defesa em tribunal. O art.º 7.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, passo a citar o n.º 1: "Constituem atribuições da freguesia a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o Município."; n.º 2 do mesmo artigo: "Dispõem atribuição designadamente nos seguintes domínios: alínea b) abastecimento público." Para nós, o abastecimento público são os fornecimentos de água, sendo aí que suportamos a nossa defesa, sendo que o que pode mais abastecer uma Junta, se não a água, pergunto eu. -----

Este processo ainda se arrasta no Tribunal Administrativo de Mirandela. -----

Para suprimir esta lacuna, veio um Decreto-lei que foi lançado a 21 de agosto, a Lei n.º 69/2023, em que diz que as Juntas que tenham ainda a posse das infraestruturas de abastecimento de água terão que entregar à entidade gestora do Município, mediante uma indemnização contabilisticamente calculada, tome em atenção a entrega das infraestruturas. -----

Nós, em dezembro, mandámos uma comunicação à ADIN a informar desta alteração da Lei. Qual não é o nosso espanto, em que a única conversa que tive com o Sr. Carlos Silva, da ADIN, foi a dizer que a única indemnização que nos teria que dar, não era indemnização, mas sim perdoar-nos uma dívida que nós tínhamos perante a ADIN, de 300.000€, que era o prejuízo calculado por eles por não terem as águas da União de Freguesias desde 2015. -----

Perante esta situação, o que é que vocês fariam na minha posição? Se calhar faziam o mesmo, ou pior. -----

Só uma coisa rápida, só para alegar também que a parte da saúde pública, nós ganhámos em tribunal, foi provado que não estamos a prejudicar a saúde pública, as águas estão até hoje em conformidade. Iremos lutar até ao fim. -----

E não me admira que um artigo que se chama "Investigação Sábado", mas que sai à quinta, e que é exibido à sexta, já sabemos de que lado está. -----

Só queria vos tranquilizar, e qualquer esclarecimento, estarei aqui sempre para vos esclarecer. Nunca irei prejudicar a saúde de ninguém, principalmente porque habito vinte e quatro horas e sou de lá, tenho a minha família lá, tenho os meus amigos lá, não iria prejudicar ninguém. E prova disso, hoje não bebo água da que foi fornecida pelo Município; bebo água, sim, da nossa União de Freguesias, e irei trazê-la durante estas reuniões todas. -----

E aconselho-vos a ler hoje uma entrevista que saiu sobre Abreiro, que a água contém arsénio há várias décadas, a água é tratada pelo Município de Mirandela. -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. -----

lh  
Pedro  
M.

Sr. Deputado José Aires, foi-lhe enviado o ofício no dia 15 de janeiro. Foi enviada no dia 15 de janeiro a resposta ao seu requerimento. Não sei se recebeu, temos de apurar. Afinal recebeu. O senhor solicitou o contrato. Na altura, se está bem recordado, pôs em causa o titular do contrato, porque seria o Sr. Bernardo Silva. Foi-lhe enviado o contrato, que é o Sr. Luís Trigo. Penso que responderá à questão. De resto, não sei responder. -----

Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito bom dia a todos. Sr. Presidente da Mesa, na sua pessoa cumprimentar todos os elementos da mesa presentes, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, funcionários, estimado público, colegas de Executivo, muito obrigado. ----  
Eu queira iniciar a minha intervenção, em primeiro lugar, porque, de facto, estamos perante uma situação diferente, até dia 10 de março, até estas eleições legislativas. Contudo, queria, em primeiro lugar, dar os parabéns à Presidente de Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, que sei que estará bem entregue. -----

Felicitar também a Vereadora Catarina Dias, até porque está em regime de não permanência, não tem pelouros, contudo convidámo-la para também estar aqui perante todos nós. Acredito, acima de tudo, que é uma mais valia, mesmo, como eu disse, sem os pelouros, com as suas capacidades técnicas e com o seu gosto pelo território e por Torre de Moncorvo, com certeza que nos irá proporcionar mais ideias para levarmos a cabo ainda neste mandato, que ainda falta um ano e meio, em que iremos estar por cá. -----

Em relação às intervenções que aqui foram proferidas, eu começo por me dirigir ao Sr. Presidente da Junta do Felgar, Sr. Vítor Vieira. Dizer-lhe que o Executivo está completamente solidário consigo e com toda a população do Felgar, Carvalhal e Souto da Velha. Qualquer coisa que necessite de nós, nós estaremos aqui. -----

Relativamente ao deputado José Aires, tomámos nota das suas preocupações relativamente à legalidade desta Assembleia, com certeza que iremos verificar a mesma. Já nos foi solicitado isso na primeira reunião de Câmara, estamos a aguardar um parecer da CCDRN, nomeadamente para verificar a validade da própria reunião, com certeza, porque se não for válida, teremos que agendar uma outra, com os mesmos pontos, e votá-los. -----

Em relação à documentação, também já foi esclarecida pelo Sr. Presidente da Assembleia. ----  
Sr. Deputado Luís João, trouxe-nos aqui uma intervenção bastante interessante, que por acaso também tocou, não só à população em geral, tocou acima de tudo – e eu queria deixar aqui pelo menos uma palavra de apreço à Santa Casa da Misericórdia de Torre de Moncorvo e aos serviços sociais da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, que estiveram presentes e que resolveram na íntegra a situação, o problema. Porque, de facto, bom coração temos nós todos –

h  
Redes  
M.

o senhor não tem melhor coração do que eu, nem eu terei melhor do que o seu, com certeza – e estas situações são suscetíveis de todos nós tentarmos minimizá-las. E foi isso que aconteceu. Relativamente à outra segunda questão que nos colocou, e é do meu conhecimento, foi a Vereadora, Eng.<sup>a</sup> Piedade, que me informou que encetou já uma reunião com o Agrupamento de Escolas, com a Prof.<sup>a</sup> Delfina, com o IEFP, com a Cáritas de Bragança, através da rede social, com certeza, e não é uma situação muito fácil de se resolver, proporcionar umas aulas em que consigam, depois, eles também se integrarem, a falar português, o português normal, e sentirem-se integrados na nossa sociedade. Isso, claro que é uma luta de todos nós também. -----

Relativamente à fatura da água, são questões que são subdivididas, como você sabe, a ADIN, relativamente às águas, relativamente aos resíduos sólidos é com a Associação de Municípios, está contratualizado. As taxas são impostas pelo Governo, isso é uma questão que nos toca a todos nós. Nós temos umas medidas de 5€ para as famílias mais carenciadas, relativamente às taxas. Podemos fazer mais? Com certeza, se calhar podemos fazer, vamos tentar trabalhar também nesse assunto. -----

Sr. Deputado António Júlio Andrade, eu gostei da sua reflexão, porque nos deu aqui uma noção do tão enriquecedor que é o nosso concelho e o nosso turismo. -----

Deixe-me só fazer-lhe uma correção, que já não é Igreja Matriz, é Basílica. E outra correção é que, de facto, eu fui aqui às redes sociais do Município, e ainda no dia 19 estive cá o sexto ano da Escola de Alfândega da Fé a visitar a arte sacra, a visitar o Núcleo Museológico, a visitar a Casa da Roda. Por isso, é o seu ponto de vista, acredito que se possa fazer ainda mais, que se possa potenciar mais o turismo, publicitá-lo mais, mas, de facto, temos que trabalhar todos nesse sentido. -----

Agora, dizer que estamos a regredir, é o seu ponto de vista, Sr. António Júlio Andrade, não é seguramente o nosso. -----

Sr. Deputado Luís Lopes, a sua reflexão, eu senti um pouco de frustração e um pouco de mágoa, porque o discurso é sempre o mesmo. E eu, de facto, quando toca numa situação de que se precisa da política para se viver, eu tenho a minha atividade profissional, no dia em que sair da política continua, ou não, tenho a minha empresa agrícola, a Vereadora tem a sua atividade profissional, a Eng.<sup>a</sup> Catarina tem a sua atividade profissional. -----

Por isso, se era uma reflexão para nós que estamos aqui, está completamente enganado, porque com certeza que nenhum de nós que está aqui nesta mesa precisa da política para viver – nem nestes dez anos, nem anteriormente, nem no futuro próximo, não precisamos da política rigorosamente para viver. E mesmo quando olho para esta Bancada da coligação, também verifico isso. -----

Acredito que o Partido destruído, ou vazio, se calhar tem que olhar para o seu, o seu Partido é que, se calhar, está num vazio – já não digo só a nível local, até digo a nível nacional. E destruído,

lh,  
Podio  
M.

com certeza. Mas, isso é uma reflexão que você tem que fazer também, uma introspectiva do seu Partido. -----

E eu sei que o Sr. Deputado gostava de jogar “chincalhão”, tenho pena que não lhe dê jeito, eu gosto de jogar, e até acho que lhe dou jeito. Mas, esses trocadilhos não são para aqui chamados, acho eu, porque até parece que estamos numa montaria, e não é bem isso, porque, de facto, a política sem risco é uma chatice, mas sem ética, é completamente vergonhosa – e você sabe quem é que disse isto. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Dizer que terminou o tempo, os trinta minutos para a comparência dos Srs. Deputados, e o Sr. Deputado António Ricardo Pinto Gomes, que estava em substituição do deputado Diogo Miguel Tomás de Oliveira, não compareceu. Mas, de qualquer forma, temos quórum, estão presentes vinte e sete (27) Srs. Deputados. -----

Diga, Sr. Deputado. Uma observação? Faça favor, Sr. Deputado. Será uma defesa da honra, digo eu. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** É só para dizer que visitas de escolas são excursões, não é turismo. É considerado turista o individuo que permanece pelo menos vinte e quatro horas numa terra. Portanto, isso não é turismo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não sei se quer responder. -----

Bom, vamos passar ao Período da ordem do dia. -----

Ponto n.º 1, Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara. -----

Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

## ----- 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

### **PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----**

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Fausto Tiago (PS)**, **Bernardo Silva (Coligação PSD/CDS)**, **José Aires (PS)**, **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)**, **João Leonardo (Coligação PSD/CDS)** e **António Júlio Andrade (PS)**. -----



lh  
Pedro  
FM.

-----O Presidente da Câmara Municipal: Sr. Presidente, prescindo. -----

-----O Presidente de Mesa: Então, estão abertas as inscrições para o primeiro ponto. Quem pretende intervir? Temos seis inscrições. -----  
Dava a palavra ao Sr. Deputado Fausto Tiago. -----

-----O Deputado Fausto Tiago: Ora, muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e demais presentes na sala. -----

Começava por cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, desejar-lhe felicidades nas novas funções, e estou a desejar felicidades porque, para mim, não vai ser um mês; para mim, o senhor vai acabar o mandato como Presidente da Câmara. É um ponto assente para mim que o senhor vai acabar o mandato como Presidente da Câmara, e portanto, antecipo-me já e desejo-lhe felicidades, porque as suas felicidades serão o bem de Moncorvo. -----

Também à Eng.<sup>a</sup> Catarina, desejo-lhe muitas felicidades nas novas funções que vai começar a desempenhar, espero que seja por muitos anos, e com muito proveito para o nosso concelho. --  
Faço uma declaração de interesse, ela é minha sobrinha, e por isso será sempre muito considerada como Vereadora. No entanto, será sempre uma opositora aqui na Assembleia Municipal. -----

Ora bem, na última Assembleia fui chamado de "incendiário", hoje ia mesmo ser incendiário relativamente a um assunto. Não vou ser, porque o senhor não tem responsabilidades políticas sobre esse assunto, até ao momento, que é a questão da água no Peredo. -----

Já no mandato anterior, Sr. Presidente, discutimos a questão da água do Peredo, que são as permanentes falhas de fornecimento de água no Peredo. No mandato anterior, trouxemos este assunto aqui, e chegou-se à conclusão que faltava água, diversas vezes faltou água, mas mais grave que isso, chegámos à conclusão que o tanque não era lavado, nem desinfetado, porque a água, quando faltava, vinha água loda, imprópria para consumo, que não servia absolutamente para nada. -----

Na altura, o Sr. Presidente, já não me lembro exatamente as declarações que fez, mas que ia tomar conta do assunto e tentar resolver o assunto. Ora bem, está identificada qual é a dificuldade do abastecimento de água no Peredo, que é um equipamento que está avariado, e que está avariado já há vários anos. E a empresa não substitui o equipamento porque o equipamento, parece-me que é relativamente caro. -----

Então, o que é que a empresa, durante determinado tempo, fez? Ia um funcionário, verificava se a água estava, ou não, ao nível, e a coisa ia-se resolvendo. Ultimamente, o que é que fizeram? Inventaram, e em vez de substituir o equipamento, inventaram um sistema de alarme, em que



16  
Pedro  
M.

quando a água desce abaixo de determinado nível, há um sinal que é emitido para um telemóvel. Só que desde setembro até hoje, a água já faltou pelo menos três vezes, a última foi há quinze dias – faz amanhã quinze dias que foi a última falha de água. De setembro para cá, já faltou, no mínimo, três vezes, Sr. Presidente – três vezes. -----

Vocês têm água nas barragens, alguém providenciou, alguém pensou a longo prazo que era preciso armazenar água, e armazenou a água, e vocês não conseguem colocar na torneira. --- Mas, mais, o que é que acontece agora, desta última vez? O funcionário foi lá, ligou a água, só que ligou a água a correr um fiozinho. Por quê? Porque se abrisse o caudal completo, a água caía com muita força no fundo do tanque a enlodava. O que é que ele fez? Abriu um fiozinho de água. Para quê? Para a água vir mais ou menos limpa. Mas, não veio limpa, mesmo assim a água chegou às torneiras loda, e estivemos quatro dias sem pressão suficiente. É evidente que no Fundo do Povo, isso não se deteta; detetam as pessoas que vivem na parte alta. Na parte alta da aldeia acontece isso permanentemente. -----

Sr. Presidente, o senhor tem que resolver isto de uma vez para sempre. -----

Há pouco, o Presidente da Junta de Felgar num prejuízo da ADIN, de 300.000€. Eles têm a preocupação do dinheiro, já está a exigir 300.000€, uma indemnização de 300.000€ a uma freguesia. Por quê? Porque parece que o seu objetivo é o lucro. Ora, uma empresa que tem concessionado um serviço público não pode ter como fim último o lucro; tem que ter a satisfação das necessidades das pessoas. -----

Sr. Presidente, espero que tome boa nota do assunto, e que nunca mais se volte a verificar esta situação. Já agora, há algum procedimento no sentido de a empresa comunicar à Câmara as falhas de água que existem? Há alguma preocupação em saber quantas vezes é que os tanques – não é só a nível do Peredo, mas a nível do concelho – são lavados e desinfetados? Isto tem que ser uma preocupação permanente do Executivo. -----

Espero que o Sr. Presidente altere esses procedimentos – se bem que tenha dúvidas sobre isso, porque o Sr. Presidente leu pela mesma cartilha que o anterior Presidente, e, se calhar, vai continuar a ter as mesmas atitudes. Faço votos para que isso não aconteça, e que esta seja a última vez que nós tenhamos que falar deste assunto. Nós temos água nas barragens e não temos água na torneira. Há concelhos em que é ao contrário, querem água na torneira, mas não a há nas barragens, nunca podem vir a ter água. Nós, não, é ao contrário. -----

Sr. Presidente, espero que tome bem nota do assunto, e que não tenhamos que voltar a falar sobre esta questão da água. -----

Depois, já agora aproveito, dou os parabéns ao Luís João, trouxe aqui uma preocupação que devia ser de todos os portugueses, que é tratar bem os imigrantes, é tratar bem a imigração. Nós fomos um povo de emigrantes. Na década de sessenta, vivia-se uma miséria completa em Portugal, as pessoas tiveram que fugir, iam de assalto para a França, e para outros países –

lh  
Pedes  
101.

França foi o principal destino. E isso, nós temos que reconhecer, e temos que estar gratos a quem nos acolheu. Nós não fomos, que na altura eramos crianças, mas foram provavelmente muitos dos nossos ascendentes, foram para a França, dos que estão aqui, dos que estão fora, milhares e milhares de pessoas. -----

É uma vergonha nós hoje ouvirmos dirigentes, dirigentes da vossa área política, fazerem discursos associando a imigração ao crime. É uma vergonha, quando não há dados a nível nacional, não há dados pelas entidades que têm competência nessa matéria, dizem que não há nenhuma relação entre a imigração e o crime. E nós vemos dirigentes a nível nacional, da vossa área política, a diabolizar a imigração, para não falar de outros ainda mais acintosos contra a imigração – tanto que, de facto, nós, como povo, devíamos pensar bem naquilo que está a acontecer. E vemos que as coisas não estão boas. Nós vemos que, por exemplo, a nível internacional, na América, um dos maiores países do mundo, todos os dias um candidato, que provavelmente vai ser o próximo Presidente da América, a diabolizar os imigrantes, que são autênticos vândalos, que são sicários que vão lá roubar os empregos. -----

Há, de facto, um estigma para a imigração. Dou-te os parabéns, Luís João, nunca pensei que tivesses essa preocupação, porque, de facto, a tua área política é muito pouco preocupada com estas questões. Mas, nós, portugueses, devemos, de facto, pensar bem naquilo que está a acontecer. E se não houvesse imigrantes em Portugal, neste momento muitas das atividades económicas paravam. Muitas das atividades económicas paravam. A agricultura parava, a restauração parava, meus senhores. Nós devemos estar gratos, agradecidos pelo facto de as pessoas quererem vir para o nosso país, e é bom sinal, se querem vir para o nosso país é porque, de facto, há algumas condições, têm melhores condições do que nos países de origem. -----

Outra coisa, Sr. Presidente: houve aqui uma declaração do António Júlio, sobre uma área que, de facto, é uma área muito ingrata, nós temos todos muitas dificuldades em falar de cultura. Sr. Presidente, acho que deve seguir o conselho e aproveitar, de facto, as potencialidades do concelho para dinamizar esse setor, que, de facto, nós temos nessa área alguns pergaminhos, e acho que o Sr. Presidente deve potenciar, deve alterar procedimentos. E não é pelo facto de o senhor ter sido praticamente a mão direita do anterior Presidente que vai ter que fazer a mesma política, deve alterar. Se tem algumas preocupações políticas, e quer continuar na política, quer vir a ser Presidente da Câmara eleito – porque, neste caso, não foi eleito – o senhor deve, de facto, alterar muita coisa, muita coisa que tem que ser alterada. -----

E esta questão da cultura é uma pedra de toque para o nosso concelho. O senhor deve aproveitar os bons conselhos e as boas ideias do nosso deputado António Júlio. -----

E é tudo. Muito obrigado. -----

16  
Pedro  
K.O.

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, não queira criar incidentes onde não existem. Eu, enquanto Presidente da Assembleia, considero que até houve um elogio. Não deixo, Sr. Deputado, tem a intervenção a seguir, desculpe lá. -----

Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Muito bom dia, Sr. Presidente, Executivo, deputados, Srs. Presidentes de Junta, funcionários e estimado público. -----

Antes de mais, vou dar as boas-vindas a esta Assembleia à Presidente da Junta de Moncorvo, e em seguida, aos novos membros do Executivo Municipal, em particular ao meu companheiro e amigo José Meneses. -----

É com muito agrado e com votos de felicidade que espero que no desempenho das funções como Presidente, ou Vereador – esperemos que como Presidente – que no que falta deste mandato mantenha uma linha das políticas seguidas pelo Executivo nestes últimos dez anos do Governo do PSD/CDS, no cumprimento da dívida, do apoio social, e aproveitando os fundos comunitários, apostando cada vez mais no turismo. -----

Relativamente à informação escrita do Sr. Presidente, destacamos o aumento de empréstimos aprovados em Assembleia no ano de 2023, para fazer face a despesas necessárias, nomeadamente com as obras da Escola Dr. Ramiro Salgado. -----

E ainda a redução da dívida a fornecedores, em cerca de 500.000€. -----

Das atividades, destacamos o Mercadinho da Amendoeira em Flor, até dia 3 de março, e o Fim de Semana Gastronómico, do Borrego da Churra da Terra Quente, que decorre neste fim de semana de 1 a 3 de março. -----

Não esquecer que se irá realizar no mês de abril a Feira Medieval, que esperemos que tenha uma grande adesão. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Antes de passar à minha intervenção, como o senhor esclareceu após a minha intervenção, solicito aqui um pedido de esclarecimento à Mesa. Eu efetivamente confirmo que recebi o seu ofício, e lá vinha o contrato. No entanto, no requerimento que eu lhe enviei, como o senhor tem conhecimento, que foi citado aqui pelo Sr. Deputado Bernardo Silva, eu solicitava também um esclarecimento de qual o papel desempenhado pelo administrador Bernardo Silva, quais as razões para o funcionamento intermitente de abertura, e o horário do estabelecimento, ao qual não obtive qualquer resposta. Era a esses pontos que me referia, como bem saberá. -----

Pedro  
M.

Relativamente aqui à minha intervenção, vou, então, agora iniciar. -----

Srs. Deputados, estou confuso, não sei como me dirigir ao Sr. José Meneses, se como Presidente em regime de substituição, ou se como Presidente em exercício de funções. Na documentação enviada, existem as duas modalidades. Qual é a versão oficial? Enquanto não me for dada resposta com base legal, irei tratá-lo pelo seu nome de batismo, Sr. José Meneses. O seu a seu dono. -----

Começa por enumerar uma atividade que foi da responsabilidade da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, a acreditar nas publicações no site do Município. Na reunião da Assembleia Municipal de 14 de dezembro passado, como ainda não tinha sido publicitado o evento âncora denominado Festas da Boa Nova, nem se viam trabalhos que indiciassem a sua montagem, tive oportunidade de questionar o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Nuno Gonçalves, que me disse que ao sairmos da reunião e ao passarmos na praça veríamos que estava a ser montada. Pelo que nos foi dado a observar, foi contratada por si, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, a empresa "Diversões Alentejano", com sede na terra da boa bifana, Vendas Novas, que veio montar um simples carrossel. Nada de roda gigante, a Casa do Pai Natal foi improvisada, muito diferente daquilo que tinham levado a cabo nos três anos anteriores. -----

Face ao descontentamento e interrogações dos munícipes, tiveram de dar a volta ao problema e engendrar uma solução, na tentativa de não defraudar as expetativas criadas. Claro que a pressa é inimiga da perfeição. Resta questioná-lo, nas suas múltiplas facetas, qual o valor contratado e pago pela Junta de Freguesia de Moncorvo para o fornecimento daquela triste Aldeia Natal. -----

Claro que escusava de o estar a questionar, se cumprisse o que está estipulado na Lei. Procurei obter a resposta consultando o portal da contratação pública, mas este fornecimento não consta. Até agora, a Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo só publicou, em março de 2023, um ajuste direto contratado com a empresa Biosfera – Construções Unipessoal, Lda., para execução de uma empreitada de pavimentação a betão betuminoso, no valor de 15.014€, contrato fechado a 17 de abril de 2023. O título "obras executadas (em fase de conta final e em execução)" vem seguido de uma listagem que não se percebe onde se enquadram, se nas obras em fase de conta final, se nas que estão em execução. Misturar alhos com bugalhos, o costume, baralhar e dar de novo. -----

Não vejo na lista a obra de Requalificação Energética do edifício da CIMDouro, embora os aparelhos de ar condicionado nas fachadas e tubos ao pendurão dão para perceber que a obra não está acabada. Na minha singela opinião, requalificação energética quer dizer que os inestéticos aparelhos exteriores de climatização, pendurados nas fachadas, serão retirados, e

14.  
Pedro

MA

implementadas soluções energéticas mais amigas do ambiente. Por que não aparece esta obra na sua listagem? Já foi dada por concluída, sem estar? -----

Também refere intervenções em espaços florestais REACT. Está a falar da aquisição de serviços para Reabilitação e Requalificação do Perímetro Florestal da Serra do Reboredo, contratada com a empresa Anteros Empreitadas – Sociedade de Construções e Obras Públicas, pelo valor de 599.500€, com o prazo de execução até 15 de dezembro de 2023? -----

Na data de 15 de dezembro de 2023, só estavam realizados 60% dos trabalhos contratados. Em que ponto se encontra esta candidatura? Ou estará a falar da candidatura de Reabilitação e Requalificação da Casa Florestal e Área Envolvente? -----

Há um ano, na reunião da Assembleia Municipal de 17 de fevereiro de 2023, o Presidente da Câmara deu conhecimento, na sua informação escrita, de que tinha sido lançado o concurso público desta obra, e nas seguintes, de 28 de abril, de 26 de junho e de 28 de setembro, esta obra continuou a fazer parte das obras a iniciar e em fase de adjudicação de contrato. Na última reunião de 2023, a 14 de dezembro, a obra apareceu batizada com outro nome, “adaptação da Casa de Função do Guarda Florestal”, integrada nas obras a iniciar, em fase de adjudicação/contrato. Na sua informação escrita, não aparece. O que se passou? Queira esclarecer, por favor. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires, relativamente ao seu requerimento, falta aqui, efetivamente, o horário de funcionamento. -----

Quanto a esta questão, efetivamente, acho que está respondida. Qual a quota-parte? -----

Do administrador Bernardo Silva na administração da sociedade? Mas não era o contrato? É assim, está aqui o contrato. Agora, os assuntos internos da própria empresa, qualquer dia estamos a pesquisar o que fazem as empresas todas, quem são os sócios, etc. Aqui está o contrato, e o contrato foi celebrado com o Sr. Luís Trigo. Com todos os aspetos pessoais da vida particular, qualquer dia está-me a perguntar o que cada um faz, e no meu caso, o que eu faço na agricultura. -----

Sr. Deputado Bernardo Silva, faça favor. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Sr. Presidente, é precisamente isso, era o que mais faltava, andar aqui a falar da minha atividade laboral e empresarial privada. Se calhar, o senhor também poderia falar da sua, já que percebe destes assuntos legais todos, e por aí adiante. Creio que não o quer fazer. -----

Eu gostaria aqui também de realçar – já foi dito pelo Sr. Deputado João Leonardo – as atividades culturais que foram dinamizadas ao longo deste último trimestre: a Feirinha de Natal, atividades municipais, as diversas obras em conclusão ou concluídas – enfim, o território a avançar. -----



lh  
Pedro  
M.

E deixar uma nota também para conhecimento, relativamente ao número de obras e financiamento do Município. Efetivamente, Moncorvo avança e Moncorvo executa. Segundo o Boletim n.º 2 da CCDR Norte, é o território da CIM Douro com mais transações aprovadas, são cerca de 13.500.000€ aprovados para investimento, está como o quinto Município com o valor mais alto, apenas atrás dos grandes centros urbanos de Vila Real, Lamego, Régua, e neste caso também Murça, que também executou bastante. -----

É desta forma que fazemos avançar o território. E lançar o repto ao Sr. Presidente, que é para continuar também neste ritmo, a continuar a executar obra e a dinamizar a nossa vila. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António Júlio Andrade, faça favor. Prescinde? Sr. Deputado Francisco Braz. Também prescinde? -----

Então, dava a palavra ao Sr. Presidente. Também prescinde? -----

Então, estão abertas as inscrições para a segunda ronda. Estão terminadas as inscrições. -----

Desculpem lá, se formos entrar em diálogo, falamos todos ao mesmo tempo. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, eu vou satisfazer aqui a vontade dos Srs. Deputados. -----

Vou começar, então, pelo Sr. Deputado Fausto, relativamente à eleição, eu, por acaso, fui em quarto, também fui eleito para a Câmara Municipal, e fui a eleições para a Junta de Freguesia, que também ganhei, e obtive um maior número de votos do que o Executivo onde eu também ia, por acaso, em quarto. -----

A sua preocupação também é a nossa preocupação, porque com certeza que onde se encontrar uma pessoa que, de facto, esteja a necessitar do apoio do Município, apesar de não sermos responsáveis diretamente, com certeza que iremos fazer o que estiver ao nosso alcance para colmatar essas deficiências. E vamos fazê-lo, vamos, com certeza, ainda hoje, através do Gabinete do Ambiente, das nossas técnicas, saber quais são os problemas efetivos desse reservatório – se foi limpo, se não foi limpo. Preocupa-me, de facto, três vezes nestes últimos meses não ter água, claro que me preocupa, nos dias de hoje é uma preocupação do Município. Eu até lhe vou fazer outra sugestão: a continuar assim, o Município e o deputado Fausto, vamos à ERSAR fazer uma denúncia. Está perfeitamente à vontade, e eu estou perfeitamente à vontade para ir consigo. -----

Relativamente ao perfil, o meu perfil não é o do Dr. Nuno Gonçalves. Eu sou José Meneses, acompanhei-o durante estes dez anos, devo-lhe lealdade, acima de tudo. Agora, as minhas preocupações também serão as suas. As minhas preocupações são a agricultura, acima de tudo, e o turismo, entre outras. E, se calhar, é aquilo que nós temos de potenciar, de facto. -----

Sr. Deputado João Leonardo, e amigo, muito obrigado pelas tuas palavras, é sempre um apreço.



16  
Rodrigo  
MA

E relativamente ao Bernardo também. -----

Sr. Deputado José Aires, como me deve tratar? Deve tratar-me sempre com respeito, como eu também o trato a si, com certeza. -----

Aquilo que importa para o Município é se a empresa cumpre o caderno de encargos, isso é que é importante para o Município. -----

Relativamente à sua confusão, que está há muito tempo confuso, isso é problema seu. Você é que disse que estava confuso, nas suas palavras. -----

De facto, a Junta de Freguesia teve a amabilidade de poder, dentro do seu orçamento financeiro, potenciar alguma alegria à Praça Francisco Meireles – e não uma tristeza, alguma alegria. Poderia ser de outra maneira? Com certeza que poderia. E a Câmara Municipal ficou encarregue de obter as barracas. -----

Essas questões, terá que as colocar a alguém na Assembleia de Freguesia de Torre de Moncorvo. -----

E relativamente às suas outras preocupações, você fez a entrega à Mesa, e irá ser respondido também, na sua pessoa, pelos serviços técnicos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Segunda ronda. Fausto Tiago, Luís João, José Aires e Bernardo Silva. Mantém-se? -----

Sr. Deputado Fausto Tiago, faça favor. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora bem, vou aproveitar a abertura do Sr. Presidente para lembrar um assunto que já foi discutido – já não é de agora, nem do mandato anterior, nem do outro; já vem do tempo do Partido Socialista na Câmara, e o senhor conhece a situação, é uma situação no Peredo, uma questão completamente desumana. Toda a gente conhece, conhece a Sra. Vereadora, conhece a Catarina, conhece o senhor, que é o caso de uma pessoa que vive no Peredo em condições sub-humanas. É uma vergonha para todos nós, é uma vergonha para a freguesia, é uma vergonha para o concelho. -----

Nós temos, Sr. Presidente, de deixar as questões legais de lado, porque vem sempre a desculpa de que a casa não é dele, porque vem sempre a desculpa de que a família não deixa, a família não se importa com nada disso, não quer saber, despreza a pessoa completamente. -----

Eu lembro-me de chamar as técnicas da Segurança Social, iam lá, chegavam à porta, e “Sr. Fausto, não podemos entrar, porque cheira muito mal.” A resposta do Poder Central é esta, aquilo não se enquadra numa situação de normalidade. Tem que haver uma atitude. E, Sr. Presidente, aproveite agora, que está no início do mandato, e faça, de facto, trabalhe com a Presidente da Junta de Freguesia e tente resolver a situação. -----

lh  
Peredo  
H.A.

Aquilo precisava do quê? Nós corremos o risco de um dia destes ir lá a televisão, a TVI, ou outra dessas que anda para aí, que só do que trata é de escândalos, e ver uma pessoa soterrada debaixo de um telhado, ou debaixo de um sobrado, que morreu lá porque aquilo, de facto, não tem condições. Não tem luz, por acaso tem água, não tem janelas, não tem portas, eu não sei como é que a pessoa aguenta naquelas condições. -----

Sr. Presidente, tome o assunto em mãos, resolva, porque eu já ando a falar nisto há N anos – já lhe disse, já vem do tempo do Presidente do Partido Socialista, já vem desse tempo, veja lá há quanto tempo ando a falar nisto. -----

É evidente que a Junta não tem competência para resolver o assunto – se tivesse, na altura eu teria resolvido, mas não conseguimos. Na altura, a questão ainda era mais grave, porque ainda existiam filhos, hoje já não existem filhos, não existe esposa, não existe nada, é só ele sozinho. Mas, precisa, de facto, ali de condições mínimas de habitabilidade, precisava de portas, janelas, talvez um sobrado novo, luz. Penso que aquilo, com uns míseros 10.000€, 15.000€, no máximo – mas, isso já seria uma coisa minimamente aceitável – resolvia-se a questão. É uma questão que nos envergonha, Sr. Presidente, envergonha os da minha freguesia, e deve envergonhar o concelho, e deve envergonhar o país, haver um cidadão nacional que vive naquelas condições.

Sr. Presidente, se quiser, no fim da Assembleia, pegue no carro e passe lá, e vê. E o senhor já sabe disso, sabe disso, a Vereadora também sabe, temos que resolver. Eu não estou a culpar, que são vocês; somos todos, nós temos todos culpa neste assunto, e temos que resolver este assunto. -----

Sr. Presidente, as pessoas falam, e quando falam comigo, também fico envergonhado, porque, de facto, eu sou do Peredo, e se me disserem assim: “Já fizeste alguma coisa para resolver?”, não, não fiz, sinto-me incapaz de resolver. Tem que ser uma entidade que tenha alguma competência, e a Câmara, penso que pode absorver um investimento daqueles, de uma maneira muito fácil. É uma questão de vontade, e é uma questão de não se reger por questões de legalidade. -----

Eu acho que a Assembleia está disposta a cobrir todas as ilegalidades que forem cometidas para resolver o assunto. Eu penso que o Sr. Presidente, em início de funções, deve tomar este assunto em mãos. Não sei se há outro a nível do concelho, desconheço, nunca ouvi ninguém a falar sobre isso. Mas, de facto, este é um assunto que merece a nossa atenção. E desculpem a minha insistência, mas merece ser resolvido o mais rapidamente possível. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Luís João.

-----**O Deputado Luís João Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Vou aproveitar o primeiro minuto para defender a honra. Sr. Presidente, mais uma vez, eu disse-

16  
Peredo  
HA

Ihe que não foi a minha honra, mas sim a honra do meu Partido. E vou defender a honra do meu Partido. Está no Regimento, o Sr. Presidente não cumpriu com o Regimento, mas pronto, seguimos. Vou assumir até que possa estar errado. Posso assumir, então, que o erro é meu. --- Vou só fazer, então, um esclarecimento ao colega de Assembleia, membro desta Assembleia, Fausto Tiago. -----

O meu Partido é claro, sempre foi claro na imigração, é critério na entrada, humanismo na integração. Há muito tempo que o CDS-PP tem isso como base fundamental para a imigração, não é de agora. Não sei quem proferiu, da minha área política (CDS-PP) tais intervenções, gostava que me fizesse chegar, via link, um link de um vídeo de alguém do meu Partido a dizer uma coisa dessas. -----

Outra coisa: se quisermos lutar contra a imigração, que neste momento carecemos dessa imigração, é um facto, Sr. Fausto Tiago, para tudo – para a agricultura, para o turismo, precisamos dessa imigração – as políticas têm que ser de natalidade e de apoio à família, políticas que a direita tem como bandeira, a família e o apoio à natalidade. Isto é o que temos de fazer se queremos menos imigrantes no nosso país, porque senão eles são necessários, como água e pão. -----

Sobre o assunto também que o Sr. Fausto Tiago trouxe, eu partilho a culpa e a vergonha, sinto-a de igual modo, tal como ele, da pessoa que comentou, de Peredo dos Castelhanos. O que puder fazer o Executivo, limpava a nossa vergonha, de todos. -----

Agora, sobre a atividade municipal, mais uma vez o Município, durante o natal, além das atividades, como o Natal das Crianças, ou o Mercado de Natal, e o Espaço da Criança, conseguiu mais uma vez complementar com apoio educativo, a nossa comunidade escolar com um complemento educacional, o “Aprende brincando” e as Férias de Natal na Biblioteca. -----

Além disso, tenho a salientar a grande atividade por parte da Escola Municipal Sabor Artes neste natal, três espetáculos foram a cabo dessa escola. Mais uma vez, já não é novo, trago aqui este repto, que todo o investimento na cultura, especialmente nesta escola, já que é o maior ator – e vem provar, com estas três atividades – o maior ator cultural do Município, que todo o investimento na cultura e nesta escola traz muito lucro – muito lucro. Se querem chamar turismo, temos de ter conteúdos, e os conteúdos não são só materiais, também são estes conteúdos imateriais da cultura. -----

Gostava que o Executivo pudesse desenvolver, ou pelo menos dar mais umas palavras – já que eu não estou muito bem por dentro, e gostava de estar – sobre a assinatura do protocolo do projeto de autoconsumo coletivo do território Douro – Duero, não sei se me podem dar mais informações sobre esse protocolo. -----

E, acima de tudo, uma luta que já é antiga da minha parte, já vim aqui várias vezes falar sobre este assunto, a questão da terapia da fala. Finalmente temos terapia da fala no concelho,

lh  
Pedro  
M.

finalmente estamos a lutar contra a possível marginalização de crianças, porque não conseguem comunicar. Tal como é importante para um imigrante aprender português, também é tanto ou mais importante para qualquer cidadão conseguir exprimir-se. -----

Por isso, agradeço ao Município ter resolvido o problema da terapia da fala, passados três anos. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Como não fui devidamente esclarecido, e para tornar mais leve a minha intervenção, vou contar, à laia da fábula: "Era uma vez uma Casa na Floresta". Havia, e há, no sopé da Floresta do Reboredo, uma bonita casa florestal, que era, e é, pertença do património do Estado, razão pela qual a autarquia não poderia fazer obras sem ter a sua gestão ou posse. -----

Mas, o Executivo da Coligação "Por Moncorvo continuamos" teve a ideia de a reabilitar, e para isso mandou fazer um projeto, pelo qual pagou 30.122,70€, e que pôs a obra a concurso, a 3 de maio de 2023, com o preço base de 393.863,16€, e duzentos e quarenta dias de prazo de execução. -----

Acontece que duas empresas apresentaram declaração de não apresentação de proposta, uma vez que não conseguiam executar a obra por aquele valor. Um terceiro concorrente apresentou proposta no valor de 759.869,09€, 366.005,93€ acima do preço base, sendo, por força legal, excluída. -----

Na reunião de Câmara de 30 de junho de 2023, foi deliberada por unanimidade a não adjudicação. O assunto volta novamente à reunião de Câmara de 11 de agosto, e desta vez é deliberado pôr a obra a concurso pelo preço base de 747.000€, e com o prazo de execução de quatro meses. Agora, o preço duplicou e o prazo passou para metade. Este novo concurso foi publicado no Diário da República no dia 1 de setembro de 2023, tendo os concorrentes vinte e um dias para apresentar as suas propostas, ficando a faltar três meses para o fim do ano. -----

O concorrente que anteriormente apresentou a proposta de 759.869,09€, agora diz que faz a obra por 570.420,67€, quase 200.000€ a menos. -----

Mas, 31 de dezembro de 2023 era a data limite para elegibilidade de despesas das Candidaturas ao n.º 10/REACT-EU/2021, financiadas a 100%. E o que decide o Executivo? A não adjudicação, por circunstâncias supervenientes, relativas aos pressupostos de decisão de contratar, invocando a alínea d) do n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 111-B/2017. O n.º 4 do mesmo artigo refere: "*Quando o órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com o fundamento nos dispostos das alíneas c) e d) do n.º 1, a entidade adjudicante deve indemnizar*

14.  
Pedro  
M.O.

os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.” -----

O Executivo, quando lançou o concurso, ainda não tinha a posse administrativa do imóvel, e sabia de antemão que era impossível fazer a obra cumprindo o prazo estipulado. Qual o valor da indemnização paga aos concorrentes admitidos? -----

Moral da história: entre o pensar e o fazer vai uma longa distância. -----

Disse. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----O Deputado Bernardo Silva: Sr. Presidente, eu venho aqui apenas esclarecer, no seguimento da declaração do deputado Luís João, porque as declarações foram, efetivamente, creio eu, pelo antigo líder do Partido Social Democrata, antigo Primeiro Ministro, Pedro Passos Coelho, relativamente à imigração, e não foi associar à insegurança; foi a uma sensação de insegurança, porque o que temos em Portugal neste momento – e já foi esclarecido várias vezes – é uma imigração descontrolada, sem humanismo, sem capacidade de receção – que, aliás, tivemos o exemplo em Torre de Moncorvo, onde trinta homens, apesar de pacíficos, estavam a deambular, sem casa, sem comida, pela vila, e isso, efetivamente, a muitas pessoas cria essa sensação. Felizmente, o território soube apoiá-los para que não passassem por essa condição durante muito tempo, mas foi isso que foi falado. -----

O Partido Social Democrata é a favor da imigração, quer uma imigração digna para a pessoa, com o foco na pessoa, não é uma imigração descontrolada, como tem acontecido nestes últimos anos. -----

Disse. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Sr. Deputado Fausto, relativamente à sua preocupação, também é, com certeza, a nossa preocupação, e aquilo que são as nossas informações é que a pessoa em causa recusa ajuda, tem familiares próximos que são descendentes, são filhos – ou seja, tem retaguarda – e a única entidade que poderá alavancar aqui alguma situação é o Ministério Público. Aqui a Vereadora Piedade já encetou essas diligências, aquilo que nós podemos tentar é voltar, nem que se faça novamente o processo todo. Nós já tivemos uma situação parecida, e tem que ser o Ministério Público a resolver, senão não há outra solução. -----



lh  
Pedro  
M.

Sr. Deputado Luís João, o protocolo veio na última Assembleia, e eu com certeza que lhe irei fazer chegar novamente, através de e-mail. -----

Sr. Deputado José Aires, de facto, o senhor faz as perguntas, dá as respostas, fiquei também a saber que o concurso ficou deserto, os dois concursos ficaram desertos, o Município não aceitou a proposta dos 750.000€, tomei nota disso tudo. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Passamos ao Ponto n.º 2, Contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo nas Juntas de Freguesia do concelho. -----

Dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

---

**PONTO 2 — CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO NAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO.** -----

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS)**, **Bernardo Silva (Coligação PSD/CDS)**, **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)**, **Lúisa Ferreira (Coligação PSD/CDS)** e **Bernardo Silva (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Eu prescindo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições relativamente ao Ponto n.º 2. Sr. Deputado José Aires. Mais alguma inscrição? Bernardo Silva. Temos duas inscrições. -----

Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. José Meneses, de facto, o segundo concurso teve um concorrente, e o senhor sabe, e não esclarece. Deixar só aqui bem elencado. -----

Sr. José Meneses, o senhor é a pessoa indicada para prestar esclarecimentos sobre esta matéria, dada a sua larga experiência, uma vez que ocupou diversos cargos autárquicos nos últimos dez anos. Foi dez anos Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, dez anos Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara, vinte e três dias Vice-presidente da Câmara de Moncorvo, e há um mês não se percebe qual o cargo que ocupa, uma vez que não foram adotados os procedimentos que lhe conferem a substituição legal do Presidente da Câmara. ---

Sr. José Meneses, digamos que conhece os dois lados da barricada, e por isso mesmo, não vejo

16  
Pedro  
K.M.

peessoa com melhor *handicap* para esclarecer as questões que me assistem neste ponto da ordem de trabalhos. -----

Concordo com os considerandos da minuta do contrato em apreciação, especialmente nos Pontos n.º 3 e 4, pois são as Sras. e os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, dada a sua proximidade com os seus fregueses, que melhor sabem identificar e providenciar a resolução de problemas que se agudizam, tendo em conta o envelhecimento da população. E nada melhor do que transcrever o Ponto n.º 4, pois concordo palavra por palavra com o texto, e que passo a citar:

*“A celebração do presente contrato é uma medida descentralizadora que contribui para a consolidação da democracia participada e beneficia as populações, aproximando as decisões dos cidadãos, promovendo a coesão territorial e reforçando a solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados e a racionalização dos recursos disponíveis.”* -----

Na minuta do contrato, de acordo com o art.º 4.º, a Câmara Municipal fornece os recursos patrimoniais, apoio técnico e meios necessários, e, em termos do art.º 5.º, os meios humanos, desde que, alínea a), sejam solicitados previamente à Câmara Municipal pelas Juntas de Freguesia; alínea b), comprovadamente sejam inexecutáveis pelos meios próprios das Juntas de Freguesia; alínea c), haja possibilidade e capacidade técnica pela Câmara Municipal. -----

Neste artigo, fiquei sem perceber se para a condição se verificar, as três alíneas são concomitantes, ou se são consideradas *per si*. -----

Sr. José Meneses, tenho a seguinte dúvida: nos casos em que a Câmara Municipal não possa fornecer qualquer um dos meios previstos nos art.º 4.º e 5.º, as Juntas de Freguesia, a menos que tenham pessoal contratado, terão de adquirir e contratar os meios necessários para a execução dos trabalhos? -----

Estas questões remetem-nos para as disposições aplicáveis previstas no n.º 1 do art.º 14.º da presente minuta do contrato, e que passo a citar: *“Nos termos do art.º 120.º do RJAL, à execução do presente contrato são aplicáveis as disposições daquele diploma e, subsidiariamente, o Código dos Contratos Públicos e o Código do Procedimento Administrativo.”* -----

Embora o Presidente da Câmara, Nuno Gonçalves, me tenha chumbado sucessivamente na contratação pública, e como quero encarecidamente recuperar e passar com distinção, fui consultar o referido código, para ver quais as disposições legais aplicáveis às Juntas de Freguesia. E não é que na alínea c) do art.º 2.º do Código da Contratação Pública, são entidades adjudicantes as autarquias locais? No n.º 1 do art.º 5.º do RJAL, Lei n.º 75/2013, as Juntas de Freguesia são autarquias locais. Pode-se concluir que estão obrigadas às regras da contratação pública e à divulgação dos procedimentos no Portal Base.Gov. -----

Nas redes sociais, vou assistindo ao trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia do nosso concelho, desde a execução de parque de merendas, aquisição de viaturas, construção de casas mortuárias e sanitários públicos, pintura de murais, contratação de serviços para análise da

qualidade da água e, para não me alongar, diversas atividades que implicam aquisição e locação de bens e serviços, etc. -----

Na reunião de setembro de 2023, quando solicitei esclarecimentos sobre os *lettering* colocados no concelho, a Sra. Presidente da Junta do Castedo afirmou que existiu uma alteração ao projeto, e que o coração foi pago pela Junta de Freguesia, estando disponível para consulta o procedimento adotado. Consultado o Base.Gov, verifiquei que havia zero publicações por parte da Junta de Freguesia do Castedo. Então, não devia ser cumprida a Lei? Ou a Lei define um valor mínimo abaixo do qual as Juntas de Freguesia não se encontram obrigadas a publicar os gastos dos dinheiros públicos? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Bernardo Silva. Prescinde? Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado José Aires, mais uma vez, muito obrigado por ter feito o meu breve currículo. -----

De facto, este ponto vem aqui já há pelo menos dois anos, é uma delegação de competências, está estipulada pelo Regimento, pela Lei, é aquilo que o Município entende, através de um critério até transparente, e está aqui plasmado no protocolo, de libertar as verbas consoantes os Censos de 2021, e no qual temos essa transferência de 286.000€ para as Juntas de Freguesia, para fazer face àquilo que está explanado no art.º 1.º, que é o objeto. -----

De facto, no ponto técnico que, às vezes, as Juntas de Freguesia precisam, com certeza que solicitam ao Município, e o Município, dentro também das suas capacidades, ajuda as freguesias, que é para isso que estamos aqui. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segunda ronda de intervenções. Sr. Deputado Luís João, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Sr. Presidente, eu vinha propor uma alteração aqui no art.º 3.º, no ponto b), onde diz: “A Câmara Municipal, de acordo com a deliberação em reunião ordinária realizada a 2 de janeiro de 2023, deliberou considerar a transferência monetária para as Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia através de protocolos individuais, com objetivo de procederem à aquisição de terrenos.” -----

Eu acho que o objeto, em vez de proceder à aquisição de terrenos, devia dizer “o objeto descrito no art.º 1.º, que é manutenção e limpeza de bermas respeitantes a estradas municipais situadas em território da freguesia, gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes, assegurar a limpeza de vias e espaços públicos, designadamente os pavimentos pedonais, passeios e

16  
Pedro  
M

calçadas, sarjetas e sumidouros, manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público integrado no domínio público do Município, com a execução daquele que seja o objeto de concessão, promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, manutenção e limpeza de percursos pedestres homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. -----  
Ou seja, o objetivo de proceder à aquisição de terrenos, o que diz na alínea b) do art.º 3.º, acho que não está em conformidade com o objeto. -----  
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado Luís João. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

Neste mandato, para além da publicação da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo que referi na minha intervenção no Ponto n.º 1, só a Junta de Freguesia da Horta da Vilariça publicou aquisição de um veículo agrícola e respetivo reboque. -----

Nos mandatos anteriores, três Juntas de Freguesia que, infelizmente, foram afetadas por incêndios rurais, é que publicitaram os procedimentos, certamente condição obrigatória para receberem a comparticipação devida e justa. -----

No caso da Junta de Freguesia de Carviçais, encontra-se também publicada a obra de reabilitação e preservação do Colégio de Nossa Senhora de Fátima. -----

Sr. José Meneses, desde 2022 que o valor total a distribuir pelas doze Juntas é sempre o mesmo, 286.521,20€ - a chamada "chapa cinco", ou como dirão outros, "vira o disco e toca o mesmo".

No Orçamento aprovado para 2024, onde o Executivo prevê um *superávit* de 3.000.000€, o mínimo que se exigia era que o excedente orçamental se refletisse no valor a distribuir pelas freguesias. É incompreensível, até para qualquer cidadão que tenha sofrido com o aumento dos custos de vida em virtude da inflação e das incertezas motivadas pelo contexto externo, que não tenha sido considerada a sua justa atualização. -----

Temos assistido a vários procedimentos lançados pela Câmara Municipal, que ficam desertos porque os valores estão desajustados da realidade, obrigando ao aumento de preços para tornar viável a sua execução. A mesma dificuldade sentirão os Srs. Presidentes de Junta – como você bem sabe, aliás. -----

Quando na reunião de fevereiro de 2022, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, propus o aumento das verbas a transferir para as freguesias, não posso deixar de lembrar as suas palavras proferidas, que passo a citar: *"Não posso estar mais de acordo com o deputado José Aires. Concordo com a verba atribuída, se bem que, se fosse mais, mais projetos e mais*

ideias poderia também a Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo alcançar." -----

Para que não reste qualquer dúvida, esta minha intervenção tem um intuito pedagógico de promover a melhoria dos procedimentos legais e a transparência necessária aos órgãos democráticos, de modo a honrar os cinquenta anos do 25 de abril de 1974. -----

Era minha intenção votar favoravelmente este ponto, pelo respeito e consideração que merecem os Srs. e Sras. Presidentes de Junta, na sua luta diária em prol da população, mas considerando a falta de respeito demonstrada pelo Executivo, que se apresenta em claro conflito com a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, desde o dia 29 de janeiro de 2024, não me resta alternativa que não seja votar contra. -----

Como disse Francisco Sá Carneiro, "a política sem risco é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha". -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Hoje, Sá Carneiro está na mó de cima. Às vezes é preciso a pessoa morrer para ser importante. -----

Sra. Deputada Luísa Ferreira, se faz favor. -----

-----**A Deputada Luísa Ferreira:** Bom dia a todos. Aproveito para cumprimentar a Mesa, Sr. Presidente, as nossas boas-vindas, um bom trabalho, restante Executivo, colegas da Câmara Municipal, os meus colegas da Assembleia Municipal. -----

E lá vamos nós outra vez. Ora bem, o coração que a minha Junta de Freguesia adquiriu, como é óbvio, foi abaixo dos 5.000€ - como é óbvio. Portanto, o que eu me espantaria era vir aqui o deputado José Aires dizer-me assim: "Então, a viatura 4x4 que a sua Junta de Freguesia adquiriu, não publicou o procedimento, nem fez o procedimento legalmente, no Base.Gov?" Está lá, como já o viu, certamente. Aí, sim, é que eu me espantaria, porque olhando para a carrinha que nós adquirimos, obviamente que veria pela carrinha que nunca seria superior a 5.000€. Está publicado no Base.Gov. -----

E sempre que assim tiver que ser, assim o faremos, e eu, como Presidente de Junta, assim o farei. Pelo menos falo pela minha Junta de Freguesia, que tem um TOC a trabalhar connosco, sempre que preciso temos aconselhamento jurídico, como é óbvio, e faremos tudo dentro da Lei. Estou a ver que na próxima Assembleia, não tendo que o fazer, vou ter que trazer uma cópia da fatura do meu coração, da minha freguesia, que eu tanto estimo. -----

Outra coisa que me esqueci, relativamente aos contratos interadministrativos, também tenho a dizer – e eu falo pela minha freguesia, eu assino o contrato interadministrativo – a verba que é alocada à parte da limpeza das bermas, também na minha freguesia, como é óbvio, também tenho uma empresa que me vai fazer o trabalho, a quem também é pago, obviamente, e, lá está,



14  
Rodrigo  
MOL

cada contrato não é superior a 5.000€. -----  
Portanto, temos aconselhamento jurídico, tenho o TOC a trabalhar comigo, eu falo pela minha freguesia. Não sei qual é que é a dúvida, mas se for preciso, também lhe trarei as faturas para provar seja o que for. -----  
Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Bernardo Silva. Prescinde? Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado José Aires, de facto, estes são os critérios que este protocolo tem, é baseado nos habitantes, nos Censos de 2021, e conforme eu referi, se fossemos à risca, até teríamos que reduzir aqui às Juntas de Freguesia, aquilo que nós também não queremos fazer. Com certeza que gostaríamos de dar mais dinheiro, com certeza; agora, isto é aquilo que, neste momento, o Município pode atribuir. -----  
Fico um pouco desagradado se votar contra este ponto, de facto, porque mal era se não dessemos nada, aí tudo bem. Agora, que há aumentos de custo nos combustíveis, na mão de obra, claro que sim. Mas, olhe, eu vou dar-lhe um exemplo da minha Junta de Freguesia, que herdei há dez anos atrás, com uma dívida de 42.000€, com um saldo de 750€ - eu e a Presidente, na altura secretária – e deixámos lá 40.000€ de saldo positivo. -----  
Podemos fazer mais obras? Claro que podemos fazer. As Juntas de Freguesia e o Município não têm por objetivo ter lucro, correto? Agora, é a gestão, chama-se gestão, continuar a fazer as mesmas atividades, continuar a trabalhar em prol do povo, das pessoas, mas fazer uma boa gestão. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Então, iríamos votar o Ponto n.º 2, Contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo nas Juntas de Freguesia do concelho. Votos a favor? Votos contra? A proposta foi aprovada, com vinte e seis (26) votos a favor, e um (1) voto contra, com zero (0) abstenções. -----

Ponto n.º 3, Repartição de Encargos da Empreitada de Construção / Reparação / Beneficiação de Habitações no âmbito do Programa 1.º Direito. -----

Intervenções no Ponto n.º 3, primeira ronda. Quatro inscrições. -----

Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor, deliberou **por**

maioria com 26 votos a favor e 1 voto contra (do deputado José Aires), autorizar “a Câmara Municipal a celebrar Contratos Interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia até ao montante estabelecido no mapa financeiro anexo à minuta”. -

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

**PONTO 3 — REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO/BENEFICIAÇÃO DE HABITAÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1.º DIREITO.**

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados José Aires (PS), Luís Lopes (PS), Bernardo Silva (Coligação PSD/CDS), Luís João Dias (Coligação PSD/CDS) e Sílvia Santos (PS). -----

-----O Deputado José Aires: Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

Na reunião do passado dia 14 de dezembro, tive ocasião de manifestar estranheza pelo facto de o documento de repartição de encargos de empreitadas, prestação de serviços e fornecimento de bens, na realidade, ser apenas uma repartição de encargos de prestação de serviços e fornecimento de bens. Empreitadas, nem uma única aparecia na listagem, embora existisse esta obra nessa altura, e agora está longe de estar terminada. -----

Para um melhor entendimento, é de toda a conveniência fazer o ponto da situação. -----

Há três anos, em 22 de janeiro de 2021, foi assinado um acordo de colaboração entre o IHRU e o Município de Torre de Moncorvo para levar a efeito a candidatura ao Programa “Primeiro Direito – programa de apoio ao acesso à habitação”, programa de apoio ao acesso à habitação, visando, e passo a transcrever *ipsis verbis* a retórica que consta nos relatórios dos Orçamentos desde 2021, “*apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada, prevendo-se a aquisição e reabilitação de diversas habitações e a melhoria das condições habitacionais dos bairros sociais municipais, integrado na Estratégia Local de Habitação.*” -----

Para tal, a Câmara Municipal lançou um concurso público para recuperação e reabilitação de cinquenta e duas habitações, distribuídas pelos bairros municipais – quarenta e três nos Blocos do Santo Cristo, três no Bairro Fonte de Carvalho, cinco no Bairro José Leandro, e uma habitação no Prado de Cima. -----

A 28 de junho de 2021, a Assembleia Municipal aprovou um pedido de contratação de empréstimo até ao valor de 784.093,58€, para a execução deste programa. -----

A cerca de dois meses das eleições autárquicas, a empreitada foi adjudicada à empresa Manuel Joaquim Caldeira, e o contrato assinado a 7 de julho de 2021, no valor de 1.172.985,03€, a executar no prazo de um ano. Para o pagamento desta empreitada foram cabimentados 362.773,58€, a gastar em 2021, e a despesa a realizar no ano económico de 2022 foi de 810.211,45€. Foi autorizada por deliberação da Câmara, de 14 de junho de 2021, segundo consta do contrato assinado. -----

A Assembleia Municipal é o órgão com competência para aprovar a repartição de encargos acima de 100.000€ que se estendem por mais de um ano económico. A Lei não mudou, o Presidente da Câmara ultrapassou as suas competências e as competências próprias da Assembleia Municipal. Logo no início, a Lei não foi cumprida. -----

Entretanto, o que é que aconteceu, perguntam as Sras. e os Srs. Deputados? Nada. Como devem estar recordados, na reunião de 10 de dezembro de 2021, a encabeçar a lista de repartições de encargos está esta empreitada com o valor inscrito de 1.243.364,13€, este valor já com IVA, previsto para ser pago em 2022, correspondendo à totalidade da empreitada contratada. Nem um tostão, melhor dizendo, nem um cêntimo foi gasto em 2021. Então, pedem um empréstimo, e não o utilizam? Afinal, onde foi gasto o dinheiro do empréstimo? Nesta obra certamente não foi, senão, vejamos: a crer na prestação de contas do ano contabilístico de 2022, a empreitada devia estar concluída a 7 de julho de 2022, mas, nesse ano, só foram realizados trabalhos no valor de 269.546,33€. Como tem sido habitual, sem esclarecer os montantes pagos nos anos anteriores, vem desta vez o pedido de repartição de encargos, no valor de 1.353.049,51€. Aconteceu algum milagre? Se a 1.243.364,13€ subtrairmos os 269.546,33€, obtemos 973.817,80€, valor dos trabalhos que faltam realizar. Em vez de diminuir, o valor aumentou? A que se deve esta discrepância a mais de 379.231,71€? E não podemos retirar mais nenhum valor, porque não sabemos quanto foi pago em 2023. -----

As vinte e quatro páginas dos documentos das Grandes Opções do Plano, do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2024, enviados a esta Assembleia Municipal, estavam ilegíveis, situação que denunciei e que solicitei a sua correção, até agora sem sucesso. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal remeteu-me uma versão novamente ilegível. Também acontece o mesmo nos documentos publicados no site do Município. As páginas específicas que permitem verificar a situação da contratação pública no Município de Torre de Moncorvo não se conseguem ler. Por que será? Quer isto dizer que em 2023 a obra esteve parada? Não foi pregado nem um prego? Quais as justificações para o arrastamento do prazo por mais de um ano e meio? Para quando está prevista a conclusão desta empreitada? Queira esclarecer. -----

-----**O Presidente de Mesa:** O Sr. Deputado sistematicamente insinua, cria fricções. Eu não prometi nada, Sr. Deputado; o que eu lhe disse, a propósito dos documentos, e reafirmo aqui, os

documentos impressos saem naquele estado, e o que eu lhe disse foi o que aconteceu já no passado, em 2022 e em 2023: Sr. Deputado, primeiro, não há maneira de os serviços da Câmara imprimirem aqueles mapas de maneira diferente. Qual é a alternativa? E que fique claro isso, porque o senhor está sistematicamente a insinuar e a pôr em causa o bom nome, a competência de tudo, etc. O que eu lhe disse, Sr. Deputado – o que o senhor disse ali não é verdade – o que eu lhe disse é que o Sr. Deputado tem acesso, quando os documentos estiverem ilegíveis – e estão aqui os serviços de apoio da Câmara – quando os documentos estiverem ilegíveis, já por mais do que uma vez, eles facultam-lhe a si e aos outros Srs. Deputados os documentos em suporte digital. É só isso, Sr. Deputado. -----

Eu não prometi nada, eu disse-lhe aqui na Assembleia esta situação. Mas, o senhor acha por bem pôr sempre em causa a honra e o bom nome de toda a gente. Sr. Deputado, uma vez, uma pessoa até entende; duas, três vezes, sistematicamente, também é demais. Quer dizer, parece que o Sr. Deputado é a única pessoa que fala verdade, é a única pessoa séria no meio disto tudo. Neste caso, nem falo por mim, parece que sou um criminoso que ando aqui a passear-me na vila. Sr. Deputado, não pense assim, não olhe as coisas dessa maneira. -----

Sr. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

O que eu percebo que está aqui a pedir, no fundo, é uma prorrogação do prazo, ou seja, a obra ainda não foi concluída, está-se a pedir uma prorrogação do prazo. Os valores aumentaram, presumo que seja pelo aumento dos custos de materiais e mão de obra, que deve ter alavancado, como é óbvio, o orçamento inicial. -----

Subscrevo, mesmo assim, uma atenção do último deputado, de quando é que, no “Primeiro Direito”, está previsto estar pronta alguma coisa para entregar, brevemente, ou não. Era só para saber em que ponto estamos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Sílvia Santos, faça favor.

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Bom dia a todos os presentes. -----

Antes de passarmos à apreciação e votação deste ponto, importa informar do processo de prorrogação desta obra. -----

Em 2021, em pleno ambiente de eleições autárquicas, foram colocados cartazes gigantescos anunciando o início das obras do Programa “Primeiro Direito”. -----

Na reunião de Câmara de 27 de setembro de 2022, um ano após o início do programa, o Exmo. Sr. Presidente informou que estão a ser intervencionados seis apartamentos. -----

Um ano depois, na reunião de Câmara de 22 de setembro de 2023, foi apresentado um relatório

14.  
Pedro  
M

técnico que confirma que, dos quarenta e dois apartamentos a intervir, apenas sete tiveram pequenas intervenções, e apenas um estava a ser intervencionado. Das cinco casas do Adriano Leandro, apenas três tinham iniciado alguma intervenção ao nível do saneamento – um ano de obras paradas. -----

Nesta mesma reunião, em 22 de setembro de 2023, a Sra. Vereadora aponta a culpa dos atrasos ao empreiteiro, afirmando que o empreiteiro tem de entender que já ultrapassou os prazos e temos mais trinta e tal para acabar. A Câmara deliberou, nessa mesma reunião – ver Ata n.º 20/2023, de 22 de setembro de 2023 – notificar o empreiteiro da necessidade de concluir a empreitada, devendo os serviços técnicos ter em conta o término do prazo da obra, bem como a conclusão física e financeira, e a emissão dos autos de receção provisórios atempadamente, para o fecho da candidatura. E ainda que na referida notificação deverá ser alertado o empreiteiro que qualquer quantia imputada ao Município por incumprimento de prazos será imputada diretamente ao empreiteiro. -----

Na reunião de Câmara seguinte, em 6 de outubro de 2023 – Ata n.º 21/2023 – a Sra. Vereadora comunicou que na reunião com o empreiteiro, da qual foi lavrada a Ata n.º 21, de 22 de setembro de 2023, foi pelo mesmo assumido que seriam cumpridos os prazos da obra, não havendo qualquer referência direta ou indireta a eventuais responsabilidades do Município pelo atraso verificado. Ficou ainda registado na ata dessa reunião que a execução da empreitada estava com uma taxa de execução muito baixa, 17%. -----

Nesta mesma reunião de Câmara, de 6 de outubro de 2023, a Sra. Vereadora informou também que, tal como tinha sido deliberado na reunião anterior, a Divisão Técnica já tinha feito a comunicação deliberada. -----

Ou seja, até 6 de outubro de 2023, era assumido por ambas as partes que os atrasos verificados eram da responsabilidade exclusiva do empreiteiro. Passados vinte e quatro dias, em 30 de outubro de 2023, vem o empreiteiro, através do seu Ofício n.º 72/2023, solicitar a prorrogação do prazo de execução da obra por motivos imputáveis ao dono da obra. -----

Num volte-face de todo o enredo, ignorando todas as decisões anteriormente tomadas, o Município, através da Informação n.º 1963/2023, da Divisão Técnica, a qual mereceu despacho da Sra. Vereadora, de 29 de dezembro de 2023, decidiu aceitar a prorrogação, dados os motivos invocados, para ratificação na reunião de Câmara, assumindo assim a culpa do Município pelo atraso, por dificuldades no realojamento provisório das famílias que permita libertar os apartamentos a serem intervencionados, o qual tinha a obrigação de assegurar atempadamente. A este propósito, sublinhamos que todas as propostas de alojamento temporário levadas a reunião de Câmara foram aprovadas por unanimidade. -----

Mas, ainda há mais: o Município enviou ao empreiteiro um ofício para cumprimento da deliberação da reunião de Câmara de 22 de setembro de 2023. Aposto no mesmo, não há



14  
Pedro  
M.

qualquer informação da forma de envio – se correio normal, se correio registado, ou mesmo se entregue em mão. -----

Na reunião de Câmara de 6 de outubro de 2023, a Sra. Vereadora confirmou que o ofício já tinha sido enviado, de acordo com a deliberação do Executivo. -----

E neste ponto, todo o processo complica-se ainda mais. Foi enviado ao empreiteiro o Ofício n.º 963/23, da Divisão Técnica, datado de 16 de outubro de 2023 – ou seja, dez dias depois da reunião de Câmara em que a Sra. Vereadora afirmou já ter sido enviado. A Sra. Vereadora informou, no dia 6 de outubro de 2023, que o ofício foi enviado; porém, o ofício apenas foi emitido dez dias depois, só podendo ter sido enviado após ter sido emitido. Como isto é possível? -----

Acresce ainda que o ofício enviado não cumpre a deliberação do Executivo, pois o mesmo apenas notifica o empreiteiro da necessidade de concluir a empreitada dentro do prazo, quando a deliberação da Câmara Municipal de 22 de setembro de 2023 – ver respetiva ata, pág. 3 – diz e expressa inequivocamente que na referida notificação deverá ser alertado o empreiteiro que qualquer quantia imputada ao Município por incumprimento de prazos será imputada diretamente ao empreiteiro. -----

Foi apresentada na reunião de Câmara extraordinária de 11 de janeiro de 2024, reunião com o único ponto de agenda “Prorrogação de prazo do “Primeiro Direito””, uma nota jurídica, datada de 9 de janeiro de 2024, da autoria da firma Abecassis, Moura, Marques & Associados, com a qual o Município manteve um contrato de prestação de serviços de consultadoria jurídica, de 31 de dezembro de 2023. -----

Analisado o documento jurídico, verifica-se que o mesmo nada acrescenta ou esclarece, de forma legalmente sustentada; faz apenas e tão só uma análise cronológica dos factos, não argumentando o seu sentido interpretativo com base em qualquer regulamento, Lei, portaria ou Decreto-lei. -----

De um documento jurídico esperar-se-ia uma argumentação robusta e sustentada na Lei. Este mesmo documento faz, de forma genérica e não documentada, referência a dificuldades sentidas no mercado imobiliário, deixando implícitas dificuldades no arrendamento de casas para alojamento temporário. -----

Ora, com um pouco mais de cuidado e trabalho de campo, facilmente encontraríamos nas atas das reuniões do Executivo deliberações em que é feita a contratação de apartamentos para arrendamento temporário – veja-se nomeadamente as atas da reunião de Câmara de 10 de fevereiro de 2023, em que foi aprovado o montante de 6.600€ para arrendamento temporário; a ata de 4 de maio de 2023, em que se aprovou a mudança temporária de uma habitação; a ata de 2 de junho de 2023, onde o Executivo assumiu mais de 3.000€ em arrendamento temporário; a ata de 16 de junho de 2023, em que se aprovou a mudança definitiva de um alojamento temporário para definitivo. -----

16  
Reduzido  
M.

Todas as propostas de alojamento temporário levadas a reunião de Câmara foram sempre aprovadas por unanimidade. A importância estratégica para o nosso concelho, que levou o Município a ser dos primeiros a ter o “Primeiro Direito” aprovado, deveria obrigar a um acompanhamento mais rigoroso, antecipando problemas para acautelar que estas situações pudessem acontecer. -----

Passados quase três anos sobre o início do “Primeiro Direito”, o Município mostra a incapacidade para gerir o problema da habitação do concelho, apesar de ser financiado a 100% pelo Governo, através do PRR. -----

O Município tem a obrigação de estar, nesta altura do processo, a entregar as casas aos proprietários, e não a tratar de trapalhadas com o empreiteiro na gestão de obras. -----

Somos acérrimos e convictos defensores do “Primeiro Direito” no nosso concelho. No entanto, a forma atabalhoada como este processo de prorrogação foi conduzido gera muitas desconfianças. Somos a favor da conclusão da empreitada, hoje e sempre, mas contra a forma como este processo de prorrogação foi conduzido. -----

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Bernardo Silva. Prescinde? Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito bem. -----

A repartição e reprogramação de operações são permitidas pelo PRR, e torna-se essencial prolongar a mesma para o ano de 2024, até mesmo para que nos permita terminar os trabalhos da empreitada com alguma segurança e com alguma qualidade. -----

Iniciou-se, desde a última Assembleia até à presente data, as obras do Bairro Adriano Leandro, com o compromisso de dentro de dois meses estarem finalizadas. -----

Relativamente ao empréstimo que falou, é para revisão de preços, não só do “Primeiro Direito”, mas de muitos outros. -----

E, de facto, esta medida proposta pelo Governo, o “Primeiro Direito”, é uma medida em que o objetivo é muito importante, claro que é; agora, a parte de finalizar e executar, por este país fora, por Portugal inteiro, é complicado. Basta ver as notícias do Sol: “Municípios em polvorosa com atrasos no PRR”. Isto, de facto, não é fácil, para Municípios, executar de uma forma rápida estas habitações todas. -----

Dizer-lhe também que, de facto, está prolongado até ao fim do mês de junho – ou seja, até dia 30 de junho. Se me perguntar se vamos ter isto tudo completo, eu também acho que não vamos ter, e se calhar vamos ter que solicitar outro prolongamento. Dentro da Lei, se o pudermos prolongar até ao final do ano, claro que o vamos prolongar. -----

M.  
Piedade

Mas, digo-lhe mais, eu gostava de saber se aqui, nos Municípios à volta, têm dezasseis casas prontas a entregar, como nós já temos. A vocês, tem que lhes interessar se cumprimos ou não cumprimos, se entregamos ou não entregamos. -----

Aliás, Sra. Deputada Sílvia, muito obrigado pela sua cronologia, para nós não é novidade, que estávamos na reunião de Câmara; aqui para a Assembleia, muito obrigado, verifico que também lê muito bem. Tem é que se definir, e o Partido Socialista tem que se definir, se quer que nós terminemos e entreguemos as casas, ou não. Essa é que é a questão, percebe? E não é andar sempre contra o empreiteiro. Pois claro que nós também pressionamos o empreiteiro. Agora, vocês têm que se decidir, coisa que ainda não o fizeram. -----

Não sei se a Eng.ª Piedade quer dizer alguma coisa, ou acrescentar algum assunto. -----

-----**A Vereadora Piedade Meneses:** Bom dia a todos. -----

Eu não gosto muito de estar a fazer um relato histórico, porque já estamos habituados aos nossos amigos do Partido Socialista, que fazem belíssimos relatos históricos, de vários anos atrás. -----

Resumindo e concluindo, em relação ao “Primeiro Direito”, é um programa que eu penso que é importantíssimo para todo o concelho, e como Roma e Pavia, não se faz num dia, porque para além da circunstância inicial de termos de fazer uma Estratégia Local, ouvir os parceiros, ouvir as Juntas de Freguesia, no fundo auscultar as necessidades habitacionais, esse trabalho todo teve de ser desenvolvido desde que abriu o programa. E por isso é que nós temos, a nível nacional, uma folhinha A4 que o Dr. Pedro Nuno Santos fez o favor de mostrar na respetiva entrevista com o Dr. Luís Montenegro, e na qual, numa folha A4, trazia os concelhos todos com empreitada a decorrer, ao abrigo do “Primeiro Direito” – não seriam mais de sessenta. São trezentos e oito Municípios que temos a nível nacional. -----

E isto permite-nos fazer a seguinte observação: ou o programa não está devidamente ajustado para ser um programa eficiente, ou alguma coisa se passa nas autarquias, que não o conseguem desenvolver. -----

Este é o primeiro ponto que temos que analisar. -----

Quanto ao nosso caso específico, penalizo-me, em termos de Executivo, por a empreitada não decorrer de uma forma mais rápida, eficiente, e tenho a consciência de que fiz tudo o que podia, desde reuniões com o empreiteiro, até levar o assunto a reuniões de Câmara sucessivas, quando vimos que a taxa de execução era baixa. -----

No entanto, nós temos esta circunstância realisticamente observada: temos poucos empreiteiros, poucas pessoas para execução da obra, e por isso, temos que terminar a obra, porque ela é essencial para o Município. -----

Nessas circunstâncias, o Município vai continuar a preocupar-se em que a obra decorra o mais rapidamente possível. Nós temos até junho de 2026 para a executar, é evidente que quanto mais

14  
Piedade  
M.

depressa a conseguirmos executar, melhor, mas temos, como sabem, outras candidaturas a decorrer, e que nos preocupam, e que vão dar início brevemente. Em princípio, pelo menos tudo o que diga respeito até à entrega, em 31 de março, das candidaturas que pudermos entregar – em termos de Município, se Deus quiser, vamos entregar tudo o que temos lá – tudo o que sejam candidaturas que estão aprovadas, em termos de acordo de financiamento com o IHRU, nós vamos entregar todas. -----

Quanto aos beneficiários diretos, faremos o que pudermos, dentro das nossas possibilidades. Se houver prolongamento do prazo de 31 de março, acredito que ainda o consigamos fazer. Se não houver prolongamento do prazo por parte do IHRU, aí estaremos mais condicionados. Mas, têm que ter a consciência de que nós estamos a fazer o que podemos – o que podemos – para conseguir executar e realizar as obras que estão planeadas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Vereadora. -----  
Segunda ronda de intervenções. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----  
Antes de me referir aqui à segunda parte da minha intervenção e questionar o Executivo, na sequência das declarações que proferiu após a minha primeira intervenção, dizer-lhe apenas que eu não faltei aqui à verdade, basta o senhor consultar o e-mail da Assembleia, e o seu e-mail, am.presidente@torredemoncorvo.pt, e os e-mails trocados comigo no dia 12 de dezembro de 2023. -----

Sr. José Meneses, contra factos não há argumentos. A falta de transparência caracteriza a forma de atuação da Coligação “Por Moncorvo” ao longo do tempo. Se não fosse a incompetência demonstrada, até poderíamos ser levados a pensar que o Município de Torre de Moncorvo está a querer boicotar um programa do Governo do Partido Socialista para granjear o voto dos insatisfeitos. Espera-se que não seja esse o intuito. Estão em causa cinquenta e duas famílias que anseiam por melhores condições de vida, e que por este andar não sabem se verão goradas as suas expetativas. -----

Pelos vistos, só no tempo da governação socialista da Câmara é que era tudo fácil de fazer; agora é tudo muito difícil de fazer. Já passaram mais de dois anos e meio, e houve tempo mais que suficiente para programar, resolver, encontrar soluções para os problemas. Não foi para isso que se candidataram? Só vejo desculpas esfarrapadas. -----

Ainda agora a Sra. Vereadora Piedade Meneses disse que estávamos numa lista dos sessenta Municípios que têm obra em execução. Então, mas não foi aqui anunciado, com pompa e circunstância, que fomos dos seis primeiros a aderir ao programa? -----

É preciso muita dedicação e persistência, e que se saiba, até ao momento, os humanos ainda não têm o dom da ubiquidade. -----

Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Diz muito bem, contra factos não há argumentos, e os factos são estes, pela última vez: os documentos do Orçamento não se conseguem imprimir de maneira diferente. A alternativa que já lhe foi dada, e que o senhor já usou, é dirigir-se aos serviços da Câmara Municipal e receber os documentos de forma digital. Não há outra hipótese, os factos são estes. Não há possibilidade de imprimir os documentos, que são de um organismo oficial, de modo diferente. Os digitais, pode consultar. -----

Sr. Deputado, os documentos que estão no link são os documentos que são impressos. Portanto, para ter acesso a determinados documentos, que são documentos oficiais, só se dirigindo ao organismo oficial. -----

Sr. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Pois, se calhar os atrasos também se devem a que, apesar de o programa ser nacional, o dinheiro é europeu. Se calhar também está nessa distribuição dos fundos europeus por parte do Governo algum atraso nessa distribuição. -----

Agora, uma coisa é certa, a obra está a decorrer. Vai-se ali e vê-se as obras a decorrer. Agora, quando terminam? Convém lembrar que houve uma crise em 2008, gravíssima, na construção, em que Portugal, que vivia praticamente da construção, era o setor económico com mais pujança no país, quase que quebrou totalmente. Neste momento, não há construção, quase não há reabilitação no país. Por quê? Porque se perderam técnicos, perdeu-se mão de obra, perdeu-se tudo o que está a montante das indústrias que trabalhavam para esta construção, e que, neste momento, as coisas são mais difíceis. Isto é um facto. -----

Agora, a obra está, ou não, a decorrer? Acho que está. Pediu-se uma prorrogação do prazo? Vamos dar essa prorrogação de prazo para a obra terminar. Ou qual é a solução do PS? É cancelarmos já isto tudo, e ficamos com as obras a meio, e temos de repor o dinheiro que veio? É esta a solução? É que eu não percebi qual é o intuito do Partido Socialista. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Lopes, faça favor. -----



16  
Piedade  
M.

-----**O Deputado Luís Lopes:** Só aqui uma breve opinião, porque nem era para intervir neste ponto, mas estou a ver aqui questões que acho que deveríamos também refletir sobre elas. ----  
Já agora, Sr. Deputado Luís João, é evidente que você nunca na vida vai conseguir compreender o Partido Socialista, o Partido Socialista está muito à frente. -----

Relativamente a esta questão, temos que entender aqui dois tipos de conceitos: o primeiro é a prorrogação, e o segundo é a repartição de encargos. -----

No primeiro, a prorrogação do prazo é fazer com que algo se estenda além do tempo, e bem. O problema aqui são as trapalhadas, é a trapalhada para chegarmos a este ponto. Agora, até dizem que o Partido Socialista quer que não se façam as obras. Não, o Partido Socialista quer o "Primeiro Direito". Se não fosse o Partido Socialista, não havia "Primeiro Direito" em Moncorvo, isto é ponto assente. -----

Repartição de encargos, basicamente é autorizarmos a continuação da obra. Se vocês estiveram com atenção naquilo que eu disse na minha primeira intervenção, falei de políticas públicas. O que temos aqui em Moncorvo, o "Primeiro Direito" é uma política pública, a política pública mais importante nos últimos dez anos em Portugal – não é em Moncorvo, é em Portugal. O que é que fez este Executivo pelo "Primeiro Direito"? Nada, não fez nada – nem faz pelo "Primeiro Direito", nem faz por coisa nenhuma. -----

E depois, vem a Sra. Piedade Meneses dizer que nós fazemos um relato histórico. Fazemos, sim senhora, um relato histórico, mas o relato histórico que vai ficar desta questão do "Primeiro Direito" é a incompetência da vossa parte – é a incompetência da vossa parte. Por quê tantas reuniões por causa da prorrogação? Por que é que não conseguiram unanimidade nas reuniões de Câmara? Por quê? Mas, digam lá por que é que não conseguiram. Que trapalhada é esta da prorrogação? -----

O que é que têm feito sobre esta questão? Nada. Por quê? Mais uma vez, incompetência. Nada, porque não sabem gerir políticas públicas, essa é que é a verdadeira realidade, não sabem gerir políticas públicas. E continuarão a atrasar as condições dignas de habitação para as famílias carenciadas de Torre de Moncorvo. Esse é que é o vosso problema, é incompetência nesta matéria. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Sr. Presidente, eu gostaria apenas de deixar aqui algumas notas relativamente a este programa, que é tão importante para o território. -----

E, efetivamente, qualquer pessoa de bom senso consegue perceber as palavras que foram ditas pela Eng.<sup>a</sup> Piedade. Nós gostaríamos, enquanto Moncorvenses, que, efetivamente, estas obras

14  
Pedro  
M.

já estivessem feitas. Vamos continuar a lutar por elas, nós queremos habitação digna para toda a gente. É por isso que lutamos, é por isso que vamos continuar a lutar. -----

Mas, Sr. Deputado, políticas públicas? Quem está no Governo a nível nacional é o PS. Já viu os hospitais? Já viu a habitação? E vem para aqui falar que o Executivo de Torre de Moncorvo não tem competência para executar uma obra, onde já foi explicado que não tem as capacidades todas à sua mão? Temos que pensar duas vezes antes de falar. -----

Desejo ao Município que possa continuar com força, nós temos que, do lado dos empreiteiros, garantir que as execuções são feitas, e a fiscalização tem que ser mais efetiva em cima das obras. Nós temos que entregar, e tem que ser rápido, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Deputado Bernardo Silva e Sr. Deputado Luís João, as minhas palavras vão de encontro àquilo que os Srs. Deputados disseram, com certeza. -----

Primamo-nos, acima de tudo, por transparência e por competência. Poderá não ir de encontro àquilo que vocês acham, mas primamo-nos. -----

O "Primeiro Direito" é, de facto, um programa muito complexo, estamos a fazer aquilo que melhor sabemos. Vamos, com certeza, levar de encontro àquilo que foi dito, que foi que a fiscalização tem de ser mais acérrima, com certeza que tem, e teremos que, juntamente com os nossos técnicos, providenciar essas situações. -----

Agora, trapalhada é na cabeça do vosso Partido, Sr. Deputado, é na cabeça também do Sr. Vereador. Trapalhada é que vocês começaram com dois, e já só têm um, isso é que é trapalhada.

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Passamos à votação, então, do Ponto n.º 3, Repartição de encargos da empreitada de construção / reparação / beneficiação de habitações no âmbito do Programa "1.º Direito". Votos a favor? Votos contra? Está ausente o Sr. Deputado Francisco. Foi aprovado, com vinte e cinco (25) votos a favor, e um (1) voto contra. -----

E está a dizer-me a Sra. Deputada Sílvia Santos que ela e o Sr. Deputado José Aires querem fazer declarações de voto. Façam favor, primeiro a Sra. Deputada Sílvia Santos, que falou em primeiro lugar. -----

-----**A Deputada Sílvia Santos:** -----**Declaração de voto – Repartição de encargos do "Primeiro Direito":** -----

**"Considerando que:** -----

- Não foi cumprida a deliberação tomada por unanimidade na reunião de Câmara de 22 de

14.  
Pedro  
M.

setembro de 2023, no seu Ponto n.º 7 – Construção / requalificação / beneficiação de habitações do Programa “Primeiro Direito” – 4 Lotes; -----

- O empreiteiro não foi notificado, nem nos prazos, nem nos termos da deliberação tomada por unanimidade na reunião de Câmara de 22 de setembro de 2023; -----

- A deliberação da reunião de Câmara de 22 de setembro de 2023 diz, de forma clara e inequívoca, que “na referida notificação deverá ser alertado o empreiteiro que qualquer quantia imputada ao Município por incumprimento de prazos será imputada diretamente ao empreiteiro”, contudo esta deliberação não foi cumprida, e o texto enviado no ofício é meramente informativo, com aparente receio de melindrar o empreiteiro; -----

- Segundo o n.º 1 da alínea b) do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, é competência do Presidente da Câmara executar as deliberações da Câmara Municipal, o que não assegurou. -----

Apesar de entendermos que o processo de prorrogação não está suficientemente claro, de forma a assegurar as garantias contratuais e financeiras do Município, o Partido Socialista, como defensor convicto do Programa “Primeiro Direito”, vota favoravelmente esta repartição de encargos.” -----

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado José Aires, penso que também tem uma declaração de voto. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**Declaração de voto – Assembleia Municipal de 29 de fevereiro de 2024 – Repartição de encargos da empreitada de construção / reparação / beneficiação de habitações no âmbito do “Primeiro Direito”:** -----

“Considerando: -----

1. Que na última reunião desta Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal afirmou que “obras que não sejam terminadas até 31 de dezembro de 2023 virão, obviamente, à Assembleia de fevereiro, se passarem para 2024, porque não temos, obviamente, informação do que vai ser a 31 de dezembro”; -----

2. Que a Câmara Municipal, na reunião extraordinária de 11 de janeiro de 2024, deliberou aprovar a prorrogação do prazo desta empreitada, que devia ter terminado em 7 de julho de 2022; -----

3. Que face ao valor proposto para 2024, não estando esclarecido o valor dos trabalhos pagos até agora, se pode deduzir que se encontram realizados menos de 25% dos trabalhos contratados; -----

4. Que é difícil acreditar que à data em que proferiu as declarações referidas no Ponto n.º 1, o Presidente da Câmara não tivesse conhecimento da situação da obra; -----

lh  
Pedro  
M.

5. Que não se encontram justificadas as causas que levaram ao arrastamento do prazo, não se sabendo qual a data prevista para a conclusão das obras; -----

Perante o exposto e à falta de esclarecimentos relativos aos procedimentos regulamentares previstos na Lei, nomeadamente no Código da Contratação Pública, considero que não se encontram devidamente salvaguardados os interesses do Município por parte dos seus responsáveis autárquicos, motivo pelo qual voto contra. -----

O deputado municipal, José Manuel Rodrigues Aires” -----

E passarei a entregar na Mesa, para ser apensa à ata, Sr. Presidente. -----

-----O Presidente da Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. -----

Ponto n.º 4, Tomada de posição relativa à exigência da manutenção, sem interrupção, da ligação aérea Bragança – Vila Real – Viseu – Tires – Portimão. -----

Foi enviada pela Câmara Municipal de Bragança. -----

Não sei se o Sr. Presidente ou se alguém quer intervir. Sr. Deputado Luís Lopes, faça favor. ----

-----DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, com 25 votos a favor e 1 voto contra, (do deputado José Aires) aprovar a “Repartição de encargos da empreitada de construção/reparação/beneficiação de habitações no âmbito do programa 1.º direito.” ----

-----Estava ausente no momento da votação o deputado Francisco Braz. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

**PONTO 4 — TOMADA DE POSIÇÃO RELATIVA À EXIGÊNCIA DA MANUTENÇÃO, SEM INTERRUÇÃO, DA LIGAÇÃO AÉREA BRAGANÇA-VILA REAL-VISEU-TIRES-PORTIMÃO.** -----

---

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado Luís Lopes (PS). -----

-----O Deputado Luís Lopes: Relativamente a este ponto, Sr. Presidente, também só um pequeno aparte para o Sr. Presidente da Assembleia. -----

Na intervenção, há bocadinho, do deputado José Aires, o senhor não aceitou um documento que

ele trouxe da Câmara de Bragança, de como é que se deve constituir um Executivo, e agora aceitou trazer dois pontos da Câmara de Bragança para a Assembleia. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Desculpe lá, o Sr. Deputado José Aires traz aqui uma ata e um despacho... -----

-----**O Deputado Luís Lopes:** Exatamente, e disse que não era importante, foi o que disse. Disse que não era importante para aqui, mas é importante. -----  
Tudo bem, vamos ao ponto. Para si não é, mas para mim é. Não há problema nenhum, não se preocupe, Sr. Presidente. O problema é esse, é que andamos baralhados, esse é que é o grave problema. -----

Antes de iniciar o meu ponto, só para dizer ao Sr. Deputado, eu não penso duas vezes antes de falar, penso cinco, seis, sete e oito, está a perceber? Só depois de pensar tantas vezes é que falo. Quando venho para aqui, venho preparado, não venho dizer asneiras, está bem, Sr. Deputado? -----

Relativamente também à outra questão, um chega bem, um é suficiente, imagine se fossem dois. Ponto n.º 4: relativamente a este ponto, interessa lembrar aos mais esquecidos, ou àqueles que sistematicamente continuam a atirar areia para os olhos das pessoas, que os factos aqui apresentados não são mais do que um pequeno número de entretenimento, aproveitando-se da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo para fazerem campanha política. -----

Então, é assim, para os mais esquecidos e os mais distraídos, notícia do jornal Público, de 22 de dezembro de 2015: "Retomadas ligações aéreas entre Bragança e o sul do país. A nova rota inclui paragens em Vila Real, Viseu, Cascais e Portimão." À data, disse o Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques: "É com satisfação que vemos retomar esta ligação que foi incompreensivelmente interrompida, por razões que se veio a constatar que não faziam sentido nenhum", de tal maneira que foi retomada nos termos anteriores. Quem é que a encerrou? -----

Trazer este assunto para a Assembleia Municipal não é mais do que um aproveitamento político, pois tanto o Presidente da Câmara de Bragança, como o Presidente da Câmara de Torre de Moncorvo, são candidatos a deputados da AD, e em vez de contribuírem para a solução, preferem dizer inverdades, numa tentativa de contribuírem para o problema. Um deles chegou mesmo ao ponto de dizer que o território do nordeste transmontano tem vindo a ser sucessivamente e negativamente discriminado no que toca a acessibilidades. -----

Só para lembrar: quem parou as obras do túnel do Marão? Quem é que as retomou? Quem fez as obras da A4? Quem fez o IP2? Quem fez o IC5? Não fosse o Partido Socialista, eu queria ver as acessibilidades que tínhamos. -----

H. B. do  
M.



lh  
Redes  
M.

Voltando ao ponto, até hoje ainda não sabemos qual foi a tomada de posição do PSD quando, em novembro de 2012, o Governo do PSD decidiu terminar a ligação aérea. O atual candidato do PSD a Primeiro Ministro, à data, era líder parlamentar da Bancada do PSD. Era bom sabermos qual é a opinião que tem sobre este assunto. -----

A pressa destes dois candidatos da AD em tentarem dizer inverdades sobre este assunto é tanta que até se esquecem que o Partido Socialista sempre ajudou o nosso território e as pessoas que nele habitam. -----

Já que estamos a falar de aviação, também podíamos falar do helicóptero do INEM que o PSD tentou a todo o custo desviar da nossa região, e o PS não deixou. -----

Relativamente a este assunto da ligação aérea, acho que perderam uma oportunidade de estarem calados, pois ainda no dia 27 de fevereiro, terça-feira, saiu uma notícia no Jornal do Nordeste, onde o Governo vai fazer um ajuste direto para manter a ligação. É um ajuste direto no valor de 750.000€ para quatro meses, solução encontrada até que o concurso público, nos próximos quatro anos, seja resolvido, e a ligação aérea vai ser mantida. -----

Para terminar, acredito que o terem trazido este assunto para a Assembleia Municipal se prende com o facto de o Dr. Nuno Gonçalves estar preocupado, se for eleito deputado, se vai de avião para Lisboa, ou tem que ir na Rede Expresso. Se algum de vós estiver com ele antes de mim, digam-lhe que, disse eu, ou trabalha muito nos próximos dias de campanha, ou as viagens que iria fazer de avião de Bragança a Lisboa vão traduzir-se na continuidade de viagens de *Smart* de Torre de Moncorvo para a Açoreira. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, estes pontos, o Ponto n.º 4 e o Ponto n.º 5, vêm à Assembleia porque foram a reunião de Câmara, e entendemos, para tomada de conhecimento. Aquilo que falou aqui o Sr. Deputado é verdade, vamos fazer um ajuste direto de 750.000€ - terminava hoje até o prazo, por acaso, terminava hoje. E o que é que acontece? Esses 750.000€ vão dar para três ou quatro meses, vão encurtar as ligações – que é isso que vai acontecer, vão encurtar – e daqui a três ou quatro meses, bem, estamos quase como o “Primeiro Direito”, mais uma prorrogação. -----

Agora, nesse seu discurso, quem é que trouxe a troika, Sr. Deputado? Eu também não queria falar da política nacional, mas quem é que trouxe a troika? -----

Mas, vou falar-lhe a nível local, que três é melhor, é a maioria. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Segunda ronda de intervenções, se alguém pretende intervir. -----

16  
Pedro  
M

Efetivamente, está a decorrer o concurso. Isto segundo o jornal Expresso, terminou o ajuste direto ontem – acho que foi ontem – reduz só para três dias semanais. Este é um assunto que está na ordem do dia. -----

Mas, não é a primeira moção que vem aqui. Por acaso, gostei da sua intervenção inicial, ver isto pela positiva. E na minha modesta opinião, estas Assembleias Municipais – falo no plural – são muitas vezes pela negativa. Eu acho que era importante – acho eu, na minha opinião pessoal, que também tenho direito a ela – vermos sempre, seja o país, seja a região, seja o concelho, pela positiva, com propostas. Andamos demasiado tempo à volta do passado, infelizmente. -----

O 25 de abril foi um grande marco, mas o Poder Central – eu falo do Poder Central, estou a falar no plural, atenção – que fique claro, o Poder Central, acho que nunca nos tratou muito bem. E o exemplo mais claro é o número de deputados que o Distrito de Bragança elege. O país elege duzentos e trinta deputados – não vou dizer se são muitos ou poucos – são duzentos e trinta deputados; o litoral elege cento e setenta, o interior elege os restantes. O Distrito de Bragança elege três deputados, Portalegre elege dois, Évora elege três. -----

Houve obras importantes – eu sou um crítico de algumas obras canceladas por Passos Coelho, por exemplo, o túnel do Marão, acho que foi uma aberração de todo o tamanho. Mas, foi só o PSD que cancelou obras? Foi só o PSD que retirou serviços? Todos os Governos têm culpa, e a prova é a desertificação acelerada de todo o interior, que cada vez é mais profunda. -----

Acho que devíamos abordar os assuntos e as propostas mais pela positiva, e não tanto pela negativa. E essa coisa de olharmos – e às vezes também acontece com o PSD, atenção, às vezes olhamos um pouco para a política como olhamos para um Benfica, ou para o Sporting, ou para o Porto, mas é capaz de não ser o mais certo. -----

Enfim, desculpem o desabafo. -----

Ponto n.º 5, Tomada de posição relativa à não realização de análises, no âmbito da saúde animal – Planos de Erradicação para 2024 – que colocam em causa a saúde pública. -----

Sr. Presidente, ou Srs. Deputados? Sr. Deputado Luís Lopes, faça favor. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor, tomou conhecimento da **“Tomada de posição relativa à exigência da manutenção, sem interrupção, da ligação aérea Bragança-Vila Real-Viseu-Tires-Portimão”**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

**PONTO 5 — TOMADA DE POSIÇÃO RELATIVA À NÃO REALIZAÇÃO DE ANÁLISES, NO ÂMBITO DA SAÚDE ANIMAL – PLANOS DE ERRADICAÇÃO PARA 2024 – QUE COLOCAM EM CAUSA A SAÚDE PÚBLICA. -----**

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Luís Lopes** (PS). -----

-----**O Deputado Luís Lopes:** Sr. Presidente da Assembleia, da minha parte, pode contar sempre com questões positivas para a Assembleia. E concordo consigo plenamente, na distribuição dos deputados, é evidente que são poucos – aliás, muito poucos. Era uma questão de em vez de virem para aqui tomar estas tomadas de posições, devia era vir uma tomada de posição da parte, por exemplo, do PSD, e também do PS, a reivindicar um aumento de deputados para o interior do país, e para o Distrito de Bragança, neste caso. -----

Antes de ir ao Ponto n.º 5, Sr. Presidente do Executivo, não vou tecer comentários nenhuns sobre aquilo que você disse, porque não merece. -----

Mais um ponto que vem para a Assembleia Municipal para fazerem campanha política. Eu ainda acreditei que nesta Assembleia trouxessem um ponto para discutirmos a grave situação que se passou na União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha, relativamente à questão da água, que alegadamente correu nas torneiras imprópria para consumo humano, a qual poderia ter provocado graves problemas para a saúde das pessoas, e que alguns, do alto do seu pedestal, o qual assenta na mentira e na hipocrisia, tentaram denegrir a imagem de uma pessoa idónea, madura e íntegra, que toda a vida trabalhou em prol da sociedade. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Sr. Deputado, cinja-se a este ponto. -----

-----**O Deputado Luís Lopes:** Vou já ao ponto, Sr. Presidente. -----

Em toda a vida dele trabalhou em prol da causa pública, e está a anos-luz daqueles que não têm valor moral residual, onde para esses, o que conta é a ilusão vã de uma boa imagem nas redes sociais, nem que para isso se socorram da mentira e da calúnia, do ódio e da estupidez para mitigar os próprios erros. -----

Tinha que dizer isso, e vocês sabem por que é que eu tinha que dizer isto. -----

Voltando ao ponto, é evidente que esta situação merece atenção por parte de todos, mas uma atenção que não assente em inverdades. Se, por um lado, devemos criticar o atraso na publicação – é evidente – do concurso público internacional para aquisição dos serviços de análises no âmbito da saúde animal, por outro, devemos estar confiantes que tudo vai correr bem, pois pelas explicações que foram dadas sobre este assunto às organizações do setor,

14  
Pedro  
M.

relativamente às adjudicações e aos prazos, não é provável que possa haver grandes problemas no Plano de Erradicação para 2024. -----

Como vê, Sr. Presidente da Assembleia, uma opinião positiva, estamos a ir pela positividade, e não pela negatividade. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Do público, já não está ninguém. -----

Portanto, iríamos votar a minuta da ata. -----

Peço desculpa, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** De facto, estes dois pontos, eu não iria intervir, porque é mesmo para uma tomada de conhecimento, nem iria colocar aqui nada do que foi dito pelo Sr. Deputado, pelos dois candidatos à Assembleia, pelo que proferiu também, que acho que lhe fica mal, não é de bom tom, a parte do Smart, mas pronto, também não vou tecer nenhum comentário. Mas, neste ponto, no Ponto n.º 5, ainda é mais grave do que o anterior, é que aqui põe em causa e em risco a segurança animal e a dos seres humanos. E isso também não foi previsto, e quando estamos agora a falar num concurso público internacional que demora quatro ou cinco meses – ou seja, nem em maio está isto resolvido. É a inércia também deste Governo, é o que é. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Segunda ronda de intervenções. Não há. -----

Então, agora sim, passávamos à minuta da ata do dia 29 de fevereiro de 2024: -----

*“Ata de 14 de dezembro, foi aprovada com vinte e um (21) votos a favor. -----*

*Ponto n.º 2, Contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo nas Juntas de Freguesia do concelho, foi aprovado com vinte e seis (26) votos a favor, um (1) voto contra, e zero (0) abstenções. -----*

*Ponto n.º 3, Repartição de encargos da empreitada de construção / reparação / beneficiação de habitações no âmbito do Programa “1.º Direito”, foi aprovado com vinte e cinco (25) votos a favor, e um (1) voto contra. Estava ausente um deputado, e houve duas declarações de voto, que vão ser anexadas à ata.” -----*

*Votos a favor? A minuta da ata foi aprovada, com vinte e sete (27) votos. -----*

Muito obrigado a todos. -----

Sr. António Júlio, depois o Sr. Presidente da Câmara. -----

14  
Pedro  
M.

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Bom, penso ser o único em funções autárquicas neste concelho e que pertenceu à primeira geração de eleitos – penso que já não há mais nenhum. E por isso, eu espanto-me, estranho que esta Assembleia nada faça para celebrar os cinquenta anos do 25 de abril. -----

Sr. Presidente, eu propunha que conversasse com os Grupos Parlamentares, e arranjar alguma coisa, porque parece mal. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Acho que sim. Por exemplo, acho que a Câmara tem previstas algumas atividades. Envolver a Assembleia, acho que sim, acho muito bem. Aliás, eu participo e estou a incentivar algumas atividades. Acho muito bem, é um momento importante da nossa história recente. -----

Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** O Executivo também está a planificar as comemorações do 25 de abril. Se quiser dar alguma sugestão, teremos todo o gosto em ouvir a sua sugestão. -----

Eu queria somente terminar – também como é a primeira vez, e peço desculpa por isso – queria iniciar esta Assembleia com o pedido de um minuto de silêncio pelos dois funcionários que faleceram há bem pouco tempo, hoje que é o funeral de um funcionário, e que outro funcionário faleceu no mês passado, que era o José do Mercado, e o Sr. José Mendes. -----

Não sei se todos concordam, mas pelo menos fazemos aqui um minuto de silêncio. -----

-----**(Minuto de silêncio)** -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado a todos, e até à próxima reunião. Bom almoço. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor, tomou conhecimento da “**Tomada de posição relativa à não realização de análises, no âmbito da saúde animal – Planos de Erradicação para 2024 – que colocam em causa a saúde pública**”. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----



----- **3 - PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

\*\*\*\*\*

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa,

  
\_\_\_\_\_  
(Luís Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,

  
\_\_\_\_\_  
(Pedro Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,

  
\_\_\_\_\_  
(Fernanda Silva)